

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

Júlia Guerra de Oliveira Gomes

Forma-ção no Plantio Solidário: A educabilidade do Mutirão

Juiz de Fora
2023

Júlia Guerra de Oliveira Gomes

Forma-ção no Plantio Solidário: A educabilidade do Mutirão

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção de título de graduação, sob orientação da Profa. Dra. Angélica Cosenza

Juiz de Fora
2023

RESUMO

O Projeto Plantio Solidário surge na Zona da Mata mineira em 2022, proposto pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em parceria com outras organizações e coletivos militantes. No momento em que a fome volta a ser alarmante na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que o agronegócio bate recordes de lucros, o projeto visa produzir coletivamente alimentos agroecológicos. A produção é destinada para famílias em vulnerabilidade situadas em territórios periféricos urbanos da cidade de Juiz de Fora e região, que são convidadas a vivenciarem os mutirões e a experiência formativa que eles pressupõem. É intuito do projeto Plantio Solidário que haja espaço para trocas e reflexões críticas sobre as contradições da sociedade capitalista, bem como a aproximação com os movimentos sociais e com a agroecologia. O presente trabalho analisa as experiências formativas experimentadas pelos sujeitos participantes do projeto, em especial dos sujeitos representantes das famílias mobilizadas para compreender a educabilidade dos mutirões dentro do projeto. A metodologia é a pesquisa-ação, envolvendo a inserção ativa no projeto Plantio Solidário, a elaboração de notas de observação e a realização de entrevistas semiestruturadas. Interessa-me compreender as reflexões acerca da realidade socioambiental constituídas ao longo do processo, e os saberes gestados na própria experiência desses sujeitos (famílias mobilizadas). Revelo que há uma interessante conexão formativa que parte do trabalho coletivo dos mutirões, e que interliga a agroecologia, a educação ambiental crítica e a organicidade própria dos movimentos sociais, em especial a do MST, mas que também encontra certos limites. A compreensão, por exemplo, sobre o conceito de Agronegócio, central na problemática contemporânea do Brasil, não foi plenamente assimilada pelos sujeitos entrevistados. Porém, a educabilidade do mutirão se apresenta, com potencialidades e limites próprios da experiência coletiva e concreta do Plantio Solidário.

Palavras-chave: formação política, agroecologia, educação ambiental crítica, mst, fome, soberania alimentar.

Mutirão da Vida
(Xangai)

Tanta seca, tanta morte
Nos caminhos do sertão
Meus olhos já viram coisa
De cortar o coração
A cara feia da fome
E o povo virando anão
Gente ficando louca
Sem ter água para beber
A fome comendo a fome
A falta do que comer (bis)
Êta, fim de mundo
Desgraceira, perdição
A imagem revelada pela televisão
É um coice no estômago
De toda essa nação
Cada um faz o que pode
Pra acudir nessa aflição
Desejando melhor sorte
Ao nordestino seu irmão
Mas o que a gente precisa
É terra, trabalho e pão
Revirando pelo avesso
O poder lá no sertão
Pra acabar com a penitência
De tamanho escravidão (bis)
E tem terra boa
Reclamando produção
Nas frentes de trabalho
Nas terras do fazendeiro
A gente encontra a morte
E ele muito dinheiro
Quero a vida feita vida
Vencendo a morte cruel
Vida aqui na terra
E não no reino do céu.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
2. METODOLOGIA DA PESQUISA	17
3. AGROECOLOGIA	21
3.1 Agroecologia X Agronegócio	24
4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA	26
5. O MST	32
5.1 Organicidade como princípio	35
5.2 Formação no MST	36
6. O PLANTIO SOLIDÁRIO: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA FORMATIVA	38
6.1 TRIÂNGULO E SEUS TRÊS PONTOS DE BASE: Educação Ambiental, Agroecologia e MST	42
6.2 ANÁLISE DA EDUCABILIDADE DO MUTIRÃO: o trabalho coletivo como processo formativo	47
7. O PLANTIO SOLIDÁRIO A PARTIR DAS FALAS DOS QUE DELE PARTICIPARAM: significações de sujeitos do bairro do Vale Verde	49
7.1 Soberania Alimentar e Fome...	51
7.2 Solidariedade e Coletividade	55

7.3 Reforma agrária e MST	56
7.4 Agronegócio e Agroecologia	58
CAMINHOS TRILHADOS, CAMINHOS POR TRILHAR	60
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

Minha trajetória intelectual é atravessada, com certeza, pelo contexto rural em que fui criada: zona rural de Juiz de Fora, cidade afetada pela crescente urbanização de seus territórios, à medida que avança o mercado da especulação imobiliária. Acompanhei de perto essa transformação no território em que vivo, na região do barro branco (limite rural do bairro São Pedro), e as inúmeras injustiças que ela provoca. O avanço da cidade vem gradualmente nos afetando, a paisagem é transformada, o que antes era pasto, vira condomínio de elite, sem pudores com a especulação imobiliária degradante do ambiente e gentrificação da região. As famílias nativas gradualmente vão indo embora. Para a maioria vai se tornando inviável o trabalho camponês, e as novas gerações já são criadas pensando em trabalhar na cidade. Com o passar do tempo, todos os traços da ruralidade na nossa região vão se perdendo, seja no sentido estético ou seja no sentido de identidade de classe, que considero o mais importante.

Fui criada em meio ao cultivo comercial de café, trabalho dos meus avós, bem como da agricultura de subsistência. Minha mãe iniciou, enquanto eu ainda era criança, o cultivo e beneficiamento de plantas medicinais, trabalho que hoje dou continuidade. Também meus pais eram professores, e o pensamento crítico, a reflexão e o contato constante com a literatura sempre acompanharam minha formação. Portanto, acredito que fui me tornando uma intelectual

orgânica e uma agricultora militante, e atenta às problemáticas políticas e sociais presentes no contexto rural.

Encontrar a Educação Ambiental Crítica ao longo da minha formação enquanto Pedagoga foi estruturante. Já no segundo semestre da graduação me envolvi com o GEA - UFJF (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental) sendo bolsista em um projeto de extensão muito importante para mim, onde tive a oportunidade de visitar inúmeras escolas públicas de Juiz de Fora.

O projeto que me levou como bolsista de extensão para o GEA se chamava “Percurso sustentáveis em busca de novas perspectivas para as hortas escolares: quando agricultores/as e professores/as se encontram”, e nele trabalhamos com formação de professores de escolas que tinham hortas ou professores que gostariam de ter hortas em suas escolas. Tentamos desenvolver uma perspectiva crítica para a abordagem pedagógica das hortas escolares, para além de uma prática simplista, e que dê visibilidade às questões sociais que permeiam as discussões que uma horta pode fomentar.

Portanto, é nesse sentido criado um grupo muito interessante de trabalho, agregando professores/as da rede pública de Juiz de Fora e agricultores/as da região, e surge como consequência uma segunda etapa do projeto de extensão, realizada em meio à pandemia, mas que de forma não menos potente, e desenvolveu um livro com textos escritos colaborativamente sobre as experiências dos sujeitos envolvidos. Nesta produção, lançada em 2021, pude contribuir com dois textos, escritos em parceria com duas professoras diferentes. Mais uma vez agricultores/as e professores/as se encontram para reflexões profundas, e que trazem a agroecologia como eixo central para o trabalho com Educação Ambiental (EA).

Já após a pandemia, voltando às atividades presenciais, o GEA entra como parceiro do projeto Plantio Solidário proposto pelo MST no Assentamento Denis Gonçalves, e mais uma vez, com alegria, me envolvo tanto como bolsista de extensão do GEA em tal projeto, como também faço parte do coletivo que organiza as ações e reflexões do Plantio Solidário, projeto este que será mais bem descrito nas seções que se seguem. É fruto desse forte envolvimento que a presente pesquisa se dá. A partir de então, vamos avançando na construção de uma educação que se desenvolve através do trabalho agroecológico para propor denúncias e anúncios da nossa atual conjuntura, tão complexa. Sobretudo, contribuindo em uma perspectiva de EA que extrapola o contexto escolar e cria educabilidade no trabalho de base militante, em cenários

diversos. Uma EA não prescritiva de boas ações, que conseqüentemente não banaliza os problemas estruturais que vivemos enquanto sociedade, mas sim que dê condições de reflexões profundas sobre o atual modo de produção (ou destruição) da vida.

O encontro com o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) foi um grande presente, e se deu no Assentamento Denis Gonçalves, em Goianá-MG, em 2010, enquanto esse território ainda era um acampamento. Porém, em 2018, pude retornar a região e fortalecer laços de amizade e militância, e, em 2022, me insiro formalmente como militante orgânica do MST. Percebo o quanto as questões agudas da nossa sociedade contemporânea estão intrinsecamente ligadas à questão agrária no nosso país, e que a luta pela terra, pela reforma agrária popular e pela produção de alimentos agroecológicos são a base para um novo projeto de sociedade. Ao mesmo tempo, compreendo como a organicidade do movimento é formativa, e como aprendo a cada momento dentro do movimento. A organicidade própria do MST anuncia uma nova forma de organização coletiva da sociedade. Participar deste movimento é por si só formativo. Neste momento, ao estar bastante envolvida com o projeto Plantio Solidário, percebo na práxis este princípio e como ele se expande para aqueles que chegam e se somam ao trabalho coletivo. A partir desta percepção é que a presente pesquisa surge, e o interesse em compreender mais a fundo os processos formativos dentro do movimento.

Ao longo dos 39 anos de existência do MST, suas conquistas e batalhas contribuíram para que hoje este seja o maior movimento social da América Latina. Portanto, é também tarefa para dentro das Universidades pesquisar e compreender como tal movimento se organiza, compreendendo sua inegável importância e contribuição no cenário de luta por justiça social, sem deixar nunca de fazer as necessárias críticas, mas sim pensando em avançar na construção de uma nova sociedade mais justa para todas/os. Observo que a academia é, ou pode ser, uma ferramenta de militância, onde a pesquisa se torna parte da luta social, e a luta social se torna em parte, pesquisa. É deste lugar que hoje me vejo enquanto pesquisadora militante, ou militante pesquisadora.

Portanto, é a partir desta perspectiva que busco compreender, na pesquisa que se segue, a educabilidade dos mutirões dentro do projeto Plantio Solidário. Como pode ocorrer a construção do pensamento crítico nesta experiência, e as reflexões que surgem, para os sujeitos mobilizados em tal projeto, a partir da análise da “fome” como um fenômeno fruto de conflito

socioambiental. Assim, acabo por encontrar um entrelaço entre agroecologia, educação ambiental e movimento social que se dá dentro do Plantio Solidário.

A realidade da fome no Brasil é fruto de uma conjuntura particular do próprio desenvolvimento do capitalismo dependente, com suas contradições e consequências, e que ao longo dos últimos anos especificamente têm se apresentado de forma mais que brutal. A pandemia, a superexploração do trabalho de muitos e muitas, aliada aos superlucros de poucos, principalmente do setor do agronegócio em solo brasileiro, cria cenário propício para a acentuação das desigualdades inatas do próprio capital. A fome é consequência esperada.

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional afirma que: "Eram 10,3 milhões de pessoas em IA [insegurança alimentar] grave em 2018, passando para 19,1 milhões, em 2020. Portanto, neste período, foram cerca de nove milhões de brasileiros(as) a mais que passaram a ter, no seu cotidiano, a experiência da fome" (BRASIL DE FATO, 2021) Segundo a pesquisa, 112 milhões de brasileiros sofrem algum grau de insegurança alimentar. Já em 2022 “cerca de 33,1 milhões de brasileiros vivem em situação de fome, 14 milhões a mais que em 2020. Quadro é equivalente ao da década de 1990” (PORTAL G.1, 2022).

Em um país que obtém altos lucros das *commodities* do agronegócio, bem como um crescente investimento do fundo público, operado por governos, em políticas de créditos rurais para os grandes latifundiários, entre outras medidas que impulsionam o agronegócio em um nível nunca antes vivenciado no país, como é possível que possa haver, paralelamente, 33.1 milhões de pessoas passando fome?

Em 2022, analisando as pesquisas sobre o agronegócio em relação ao ano anterior, ainda em meio a pandemia, podemos observar: “Considerando os produtos de todos os setores – balança comercial total –, o primeiro semestre também foi superavitário (US \$34,3 bilhões), ligeiramente abaixo dos US \$37 bilhões registrados no primeiro semestre de 2021” (IPEA, 2022). Ou seja, em meio ao avanço da miséria e da fome, o lucro do agronegócio só avança, mesmo em meio a pandemia ao longo de 2021. Há uma relação intrínseca entre estes dois fenômenos, e que encontram raízes na própria lógica do capital. A problemática reside em partes na própria contradição do sistema agroalimentar tradicional representado pelo agronegócio.

A ofensiva neoliberal sobre a agricultura brasileira, iniciada no governo FHC, se consolidou na década de 2000, implantando um novo modelo de agricultura, não mais para atender prioritariamente as demandas do modelo de desenvolvimento de uma indústria nacional (1930-80) e da necessidade do mercado interno. É um novo modelo

de dominação do capital no campo, para atender as demandas do mercado externo. [...] O modelo do agronegócio é resultante da hegemonia do capital internacional e financeiro sobre o mundo e a produção (MST, 2014, p.29)

O agronegócio representa os interesses de uma elite burguesa, que ocupa a terra de acordo com seus próprios interesses, norteados pelo grande capital internacional, produz mercadoria e não alimentos. Este fato pode nos explicar a dicotomia perversa entre o desenvolvimento do capital, o avanço do agronegócio, e consequentemente o avanço da fome e da miséria do povo brasileiro. Uma vez que se desenvolve esta elite burguesa, o território rural no Brasil é propriedade cada vez mais hegemônica da elite ruralista. Assim, não há outra consequência senão a pressão para um contínuo êxodo rural, o aumento da já imensa população marginal urbana, em situação de superexploração do trabalho e de grande vulnerabilidade, incapaz de reproduzir sua própria vida de forma satisfatória.

Como compreender a fome ou a insegurança alimentar, de forma a perceber que ela é consequência de um modelo desigual e injusto da produção de alimentos e da ocupação do território? Nesse sentido, Stedile e Carvalho (2015, apud ZIEGLER, 2009) citam estudos realizados pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - Food and Agriculture Organization) que alertam para um dos principais motivadores da fome e da desnutrição no mundo: a especulação da Chicago Commodity Stock Exchange (Bolsa das matérias-primas agrícolas de Chicago). Lá são estabelecidos os preços de quase todas as *commodities* alimentícias do mundo. Desta forma, os preços dos alimentos no Brasil são regidos de acordo com o capital internacional, deixando a classe trabalhadora à mercê dos altos preços dos itens básicos de sua alimentação, ficando em muitos momentos impossibilitada de garantir sua sobrevivência. Este modelo (agronegócio) tem como principal objetivo a exportação das grandes *commodities* como soja, milho, carne, açúcar e café. Explicitamente não assume compromisso nenhum com o mercado interno e a conformação da cesta básica de alimentos dos/as trabalhadores/as a um custo menor (SILVA; COSENZA, 2021).

Aliada a este desigual desenvolvimento (agronegócio x miséria) há, como não poderia deixar de haver, uma disputa ideológica que, por um lado defende e endossa o discurso capitalista do agronegócio, e por outro lado, a luta de movimentos sociais populares que compreendem a conjuntura e a criticam fortemente. As estratégias aplicadas pela elite ruralista

de manipulação da consciência crítica das massas são evidentes e se dão, literalmente, em rede nacional. Para Layrargues:

Ampliando a sua frente de colonização latifundiária para a esfera do imaginário coletivo recorrendo ao uso da propaganda ideológica, essa invasão cultural do agronegócio é capaz de devastar a lavoura; infestada com essa praga de desinformação que surge na estação da pós-verdade, também conhecida vulgarmente como “mentira” insistentemente repetida que diz que o ‘agro é pop, agro é tech, agro é tudo’. (LAYRARGUES, 2021, p.21).

Este modelo de desenvolvimento do agronegócio, bem como de sua estratégia de cooptação ideológica, precisa ser contraposto no nível também do discurso e das ideias, para se transformar então em luta organizada por um novo modelo de sociedade mais justo e fraterno. Nesse sentido, o campo educacional, a Educação Ambiental (EA) vem produzindo reflexões sobre agronegócio e de forma crítica, defendendo a Agroecologia enquanto uma estratégia de práxis e resistência ao atual modelo de desenvolvimento capitalista no campo:

Ambos, Educação Ambiental Crítica e Agroecologia, partem de um importante pressuposto analítico comum, a Ecologia Política, leitura da realidade que possui o referencial conceitual apropriado para efetuar a análise crítica das relações de poder que permeiam o modelo de produção agrícola hegemônica e sua relação com a degradação socioambiental, fertilizando o debate pedagógico exatamente na direção dos “problemas rurais” e das “práticas agrícolas” (LAYRARGUES, 2021, p.18).

É da atual conjuntura que parto para propor a presente pesquisa, buscando compreender e explicitar tanto a realidade material concreta que nos abraça, bem como os caminhos pressupostos para transformá-la. Enquanto educadora em formação, a pesquisa deve ser pensada como práxis, e é no recorte específico que pretendo fazer de nossa realidade que surge o pano de fundo conjuntural do projeto Plantio Solidário. É a partir deste recorte que pretendo compreender a educabilidade dos mutirões dentro do projeto.

É pensando na realidade dramática da fome que surge o projeto Plantio Solidário. Proposto inicialmente pelo MST e desenvolvido em parceria com diversos coletivos e organizações militantes (Fórum Feminista 8M, Frente Autônoma, COMPA, Frente Brasil Popular, Mutirão da Meninada do Vale Verde, Abrapso, Levante Popular, Pretxs em Movimento, GEA/UFJF), visa produzir coletivamente alimentos agroecológicos para serem doados para famílias em situação de vulnerabilidade da cidade de Juiz de Fora e região, em mutirões nos

solos também coletivos do assentamento Denis Gonçalves, situado na cidade de Goianá e Chácara, Zona da Mata de Minas Gerais.

Outras duas experiências similares propostas pelo MST, as Marmitas Solidárias no Paraná e o Roçado Solidário no Pernambuco, inspiram este projeto.¹ Porém, aqui se configuram de forma específica, com características particulares. Enquanto nas outras duas experiências não há uma grande e constante participação nos mutirões das famílias que recebem os alimentos, no Plantio Solidário este é um dos maiores esforços.

Os mutirões têm como propósito produzir 5.5 toneladas de alimentos e também visam produzir educabilidade, criando condições formativas críticas entre os participantes. O coletivo participante dos mutirões é formado por militantes, voluntários e as famílias mobilizadas pelo coletivo, famílias estas advindas dos territórios periféricos urbanos de Juiz de Fora e região e que estão em algum nível de vulnerabilidade social. O projeto alcança até hoje 6 territórios: os bairros Santa Cândida, Parque Burnier, Vale Verde, Benfica, Dom Bosco, e o distrito de Sarandira. Já mobiliza diretamente 50 famílias, e indiretamente oferece alimentos agroecológicos para tantas mais, nestes mesmos territórios mobilizados. É acreditando na potencialidade dialógica dos mutirões, compreendidos como disparadores pedagógicos, que o processo formativo se constrói. Acreditar na relação dialógica e formativa dos mutirões diferencia a ação de tal projeto do que consideramos ser a doação assistencialista de alimentos para ‘os mais pobres’. Como nos diz Freire:

O grande perigo do assistencialismo está na violência do seu antidiálogo, que, impondo ao homem mutismo e passividade, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a “abertura” de sua consciência que, nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica. Sem esta consciência cada vez mais crítica não será possível ao homem brasileiro integrar-se à sua sociedade em transição, intensamente cambiante e contraditória. [...] O que importa, realmente, ao ajudar-se o homem é ajudá-lo a ajudar-se. (E aos povos também. É fazê-lo agente de sua própria recuperação. E, repitamos, pô-lo numa postura conscientemente crítica diante de seus problemas. (FREIRE, 1967, p. 56).

¹ Os projetos surgem também no contexto da pandemia, e auxiliaram inúmeras famílias em situação de vulnerabilidade nos territórios onde atuaram, porém se organizavam em formatos diferentes. As Marmitas Solidárias, no Paraná, trabalhavam em cozinhas coletivas, onde voluntários e militantes preparavam o alimento, e doavam as marmitas já prontas em pontos específicos localizados nos centros urbanos. Já o roçado solidário em Pernambuco se aproxima do nosso projeto, pois trabalha no plantio, junto a voluntários e militantes da cidade, dos alimentos nas áreas do assentamento Che Guevara, PE, alimentos estes que são colhidos e doados para famílias urbanas em insegurança alimentar.

A presente pesquisa pretende, portanto, compreender como este processo educativo se dá, se ele de fato acontece, e como o coletivo participante consegue mergulhar nas questões profundas da contradição da fome no país. Estas questões profundas permeiam a própria questão agrária, com a histórica distribuição (ou melhor, a má distribuição) da terra no país, e a conseqüentemente criação de periferias urbanas adensadas onde as desigualdades e injustiças socioambientais são mais que perceptíveis. O discurso da justiça ambiental entende que as origens da degradação ambiental e da crise no vínculo sociedade-natureza surgem de causas conjunturais, de um grupo de condições associadas, advindas do “capitalismo/modernidade/industrialismo/urbanismo/tecnocracia” (LOUREIRO, 2012, p.28).

Os superlucros do agronegócio e a superexploração do trabalho são partes da lógica capitalista contemporânea no Brasil, e que, portanto, deságuam na crescente situação de miséria e vulnerabilidade de muitos.

As questões referentes à Agroecologia podem nos trazer uma perspectiva crítica para estas questões, pois ela dá acesso à alimentação saudável (em contraposição ao modelo do agronegócio) e propõe uma práxis política, não apenas se limitando ao aspecto nutricional e fisiológico da alimentação:

A alimentação saudável não se restringe à questão nutricional e biológica, nem a um ato individual e impessoal. Alimentação é um ato político, é um direito coletivo, em que se expressa a cultura de cada povo, e que sofre as pressões e imposições das políticas neoliberais e do poder decisório das corporações do sistema agroalimentar. (GUHUR, SILVA, 2021, p.68).

O conceito de soberania alimentar também nos é muito caro, e soma-se aqui como pressuposto do Plantio Solidário, bem como afirma no seu primeiro documento norteador, entendemos que o direito a se alimentar em quantidade e qualidade é universal. E também ter acesso a alimentos saudáveis, livres de contaminações por agrotóxicos, produzidos agroecologicamente (MST, 2022).

Podemos compreender a Soberania Alimentar para além de garantir o direito a uma alimentação de qualidade e nutritiva, ela pressupõe a garantia da possibilidade dos povos escolherem o que vão comer, permitindo também a consolidação das condições estruturais e tecnológicas para que a produção desses alimentos seja realizada (SILVA; COSENZA. 2021).

São estas questões que o Projeto Plantio Solidário pretende discutir no processo formativo, de forma a que os sujeitos mobilizados representantes das famílias em situação de vulnerabilidade possam tomar consciência da atual conjuntura e compreender as origens das mazelas por eles mesmos vivenciadas. Da mesma forma, tentar compreender e fortalecer ferramentas de luta para transformar esta injusta conjuntura. A presente pesquisa tem como intencionalidade identificar processos formativos populares experimentados nos mutirões do Plantio Solidário, processos que sejam capazes de provocar reflexões no que diz respeito à fome e sua direta relação com o modelo de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, baseado fortemente no agronegócio e na injusta distribuição de terras.

Os resultados serão identificados no protagonismo dos próprios sujeitos representantes das famílias mobilizadas em compreender a atual conjuntura, eles que sofrem em suas peles as mazelas da vulnerabilidade social. Pretendo compreender como o projeto Plantio Solidário pode contribuir na tomada de consciência por parte destes sujeitos, e como pode contribuir para anunciar a agroecologia e a reforma agrária popular como ferramentas de enfrentamento das contradições próprias do capital.

Ouso dizer que uma das grandes e fundamentais conquistas do Plantio, para além dos impactos concretos nas pessoas representantes das famílias dos bairros, reside na consolidação de um coletivo militante de esquerda tão heterogêneo, que vem conseguindo unir campo e cidade rumo à uma tão esperada tentativa de superação do poder da burguesia - quando o campo e a cidade se unir, a burguesia não vai resistir! - E para tanto, trago aqui Paulo Freire mais uma vez que nos disse assim, em suas cartas a Cristina, quando do final da ditadura militar no Brasil:

Há algo que, realizado entre nós quase acidentalmente, deveria hoje vir tornando-se costumeiro pela obviedade de sua necessidade. A unidade programática das esquerdas. Não se explica que continuemos separados em nome de divergências às vezes adverbiais, ajudando, dessa forma, a direita singular que se fortalece diante da fragilidade a que o antidiálogo das esquerdas entre si as conduz (FREIRE, 2019, p. 23).

Há uma urgência em compreender as desigualdades e injustiças sociais que permeiam nossa atualidade bem como nos organizarmos para transformá-la. Principalmente quando 33.1 milhões de brasileiros e brasileiras passam fome. Esta realidade não pode ser aceita como natural, e nem como uma consequência esperada da pandemia do covid19. A pandemia acentua elementos contraditórios e injustos que já, desde antes dela, se encontravam no seio da sociedade

capitalista em constante desenvolvimento no Brasil. Pensar no uso injusto da terra, seu modo de produção degradante e o modo de acumulação capitalista próprios do agronegócio, em contraponto à proposta que a agroecologia nos traz enquanto movimento social, práxis e ciência, podem anunciar novas formas de organização do trabalho, da terra, da saúde e da justiça socioambiental. Parafraseando Paulo Freire, nosso grande educador e guia rumo a uma educação de fato emancipatória e popular:

Não se trata obviamente de impor a população espoliada e sofrida que se rebelde, que se mobiliza, que se organize para defender-se, vale dizer, para mudar o mundo. Trata-se, na verdade - não importa se trabalhamos com alfabetização, com saúde, com evangelização ou com todas elas - , de simultaneamente com o trabalho específico de cada um desses campos, desafiar os grupos populares para que percebam, em termos críticos, a violência e a profunda injustiça que caracterizam sua situação concreta (FREIRE, 2016, p. 77).

Faz parte de nossa função histórica compreender de forma sistemática e crítica esta realidade, com todas as suas contradições, e criar condições de que as camadas mais vulneráveis e oprimidas da nossa sociedade, estas que vivem em suas peles as mazelas da fome, possam tomar consciência crítica da conjuntura que as afeta material e concretamente. Pensar processos de formação política popular, enquanto trabalho de base, é umas das tarefas históricas que nos cabem, tanto enquanto intelectuais como também como classe trabalhadora. Não apenas denunciar as formas de opressão nos é necessário, mas mais que nunca, anunciar outras formas possíveis de se esperar e viver no mundo, formas estas mais justas e felizes para todos e todas. Assim também nos afirma o grande mestre Freire quando diz que ‘a mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, nosso sonho’ (FREIRE, 2016, p77).

Nesse sentido, enquanto estudante de Pedagogia, acredito que pensar processos educativos para além do espaço escolar é um desafio na nossa formação. Nosso currículo na graduação em sua força é voltado para a atuação específica dentro das instituições oficiais de ensino, portanto, a presente pesquisa extrapola e subverte, de certa forma, a ideia de trabalho pedagógico, pensando-o para fora dos espaços escolares oficiais e se direciona na linha de tentar compreender a educação popular e a formação política experimentada pelos movimentos sociais.

Organizo o trabalho da seguinte forma em termos de capítulos: a princípio defino a metodologia de pesquisa adotada. Sigo com um capítulo sobre agroecologia, no seguinte, defino

a educação ambiental, com enfoque na educação ambiental crítica. No próximo, discorro sobre o MST enquanto movimento e sua especificidade enquanto metodologia de formação e organicidade, compreendendo que Formação dentro do movimento se diferencia de Educação. Enquanto o setor de Educação, dentro do MST, diz respeito aos espaços escolares, com a especificidade das escolas do campo construídas por um movimento social popular, o setor de Formação dentro do MST diz respeito à formação de sua base militante, conforme será explicitado nos capítulos que adiante. Os últimos dois capítulos são dedicados à análise dos dados coletados na investigação e, para fechar, teço as considerações finais.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

O projeto de pesquisa em questão tem características próprias de uma "pesquisa-ação", ou seja, enquanto pesquisadora estou diretamente imbricada na pesquisa, e juntamente ao coletivo do Plantio Solidário, participo como propositora de experiências formativas e dos mutirões.

Portanto, as ferramentas metodológicas consistem na ida ao assentamento para os mutirões, as místicas, a divisão e realização do trabalho coletivo, o partilhar das refeições, e as rodas de encerramento das atividades. Trabalhei com um diário de campo, na busca de registrar as experiências a partir de uma observação participante, e as entrevistas semiestruturadas com os representantes das famílias mobilizadas no projeto. Compreende-se aqui pesquisa-ação como uma pesquisa aberta, democrática e centrada nos problemas práticos da vida social. Se preocupa por investigar os fenômenos sociais, entre eles, os educativos, tal e como sucede na realidade, usando variedade de métodos que ajudam na tomada de decisões (SERRANO. 1998. p. 138).

Adoto a pesquisa-ação ou pesquisa participante, pois

[...] de modo geral, as pesquisas participantes alinham-se em projetos de envolvimento e mútuo compromisso de ações sociais de vocação popular. Assim, geralmente, elas colocam face-a-face pessoas e agências sociais “eruditas” (como um sociólogo, um educador de carreira ou uma ong de direitos humanos) e “populares” (como um indígena tarasco, um operário sindicalizado argentino, um camponês semialfabetizado do Centro-Oeste do Brasil ou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). De modo geral, elas partem de diferentes possibilidades de relacionamentos entre os dois polos de atores sociais envolvidos, interativos e participantes (BRANDÃO; BORGES. 2007, p.53).

É o interesse de trazer para dentro da academia o que, na prática do dia a dia da militância, estamos fazendo. Me coloco como pesquisadora e ao mesmo tempo como sujeito do processo que pretendo investigar. A relação tradicional de sujeito-objeto, entre pesquisador-educador e os grupos populares deve ser gradualmente transformada em uma relação do tipo sujeito-sujeito, a partir do suposto de que todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber. É através do exercício de uma pesquisa e da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de compreensão da realidade social pode ser construída. O conhecimento científico e o popular articulam-se criticamente em um terceiro conhecimento novo e transformador (BRANDÃO; BORGES. 2007).

Ainda para Brandão e Borges (2007) em boa parte das experiências, as alternativas participativas se reconhecem vinculadas de algum modo com a educação popular. Portanto, elas se identificam como um serviço ao empoderamento dos movimentos populares e de seus integrantes. Na pesquisa participante é sempre essencial conhecer para formar pessoas populares motivadas a transformar os cenários sociais de suas próprias vidas e destinos. Não interessa apenas resolver alguns problemas locais restritos e isolados, ainda que o propósito mais imediato da ação social associada à pesquisa participante seja local e específico.

Há um caráter de compromisso com a transformação social que parte das condições de se conhecer a profundidade da realidade em que vivemos. A pesquisa tem também um caráter etnográfico, no sentido que Geertz (1989) a define quando cita quatro características da descrição etnográfica: 1) ela é interpretativa, 2) o que ela interpreta é o fluxo do discurso social, 3) a interpretação envolvida consiste em tentar resgatar o “dito” num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis e 4) ela é microscópica. Sobre esta última característica, o autor considera que “o objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva, empenhando-as exatamente em especificações complexas.” (GEERTZ, 1989, p.39).

Os mutirões do Plantio Solidário possuem uma estrutura própria, que por si só já anuncia sua potência formativa. A ida ao assentamento, local dos mutirões, é o primeiro passo e significa conhecer um território fruto da luta popular e as pessoas que ali habitam, bem como conhecer a história do MST na nossa região. Seguimos com o café coletivo, onde há possibilidade de acolhimento e conversas entre os sujeitos ali presentes, então passamos para o momento da

mística. Após a mística, que podemos considerar elemento central na experiência dos mutirões, há a divisão de tarefas coletivamente, e a execução do trabalho coletivo nos plantios e demais tarefas do dia. O almoço é um momento também importante nos mutirões, onde a fartura de alimentos celebra em festa o fim da atividade entre todos. Ao final, uma roda de encerramento é realizada, avaliando a experiência do dia, discutindo algum tema específico, ou fazendo alguma dinâmica formativa coletiva.

3. AGROECOLOGIA

“Não há agroecologia sem agricultura camponesa; não há ciência sem processos materiais que lhe sirvam de objeto; não há agricultura sem os sujeitos humanos que a produzam; camponeses e camponesas, na diversidade em que hoje compreendemos este nome, esta identidade; e não há comunidades camponesas sem luta pela terra, em defesa de territórios, pela vida.” (Roseli Cadlart)

No mundo vem crescendo o interesse pela Agroecologia, pois ela envolve duas questões centrais ao futuro da humanidade: a *questão do alimento* (que inclui ar e água), em sua relação com a saúde dos seres vivos, e a *questão ambiental*. Questões que assumem relevância estratégica cada vez maior, inclusive do ponto de vista geopolítico e da luta de classes mais ampla. (CALDART. 2019, p.4) A Agroecologia se constitui como um importante eixo para o desenvolvimento desta pesquisa, pois é um dos pilares centrais da experiência proposta pelo Plantio Solidário, portanto é necessário e urgente compreendê-la em sua complexa práxis. Podemos compreender a agroecologia, de forma sucinta, como um conjunto de saberes e pautas direcionadas à luta por justiça socioambiental, construída coletivamente por múltiplos sujeitos.

De acordo com os objetivos desta pesquisa, interessa evidenciar a agroecologia como contraponto ao agronegócio, e que tem a questão agrária como eixo central. Portanto, a agroecologia é a contestação e negação do agronegócio, pois entre ele e a agroecologia não há possibilidade de coexistência, uma vez que se trata de uma disputa conflituosa por terra, território e condições de produção e comercialização, que reafirma a questão agrária como um problema estrutural do capitalismo (ALENTEJANO, 2014).

A agroecologia é um modo de produção agrícola, com técnicas diversas que se constroem no entrecruzar da experiência camponesa de diversos povos desde sua ancestralidade, e que hoje se configuram como uma soma contemporânea de tais tecnologias adaptadas ao momento histórico atual. Este conjunto de técnicas englobam, por exemplo, o manejo ecológico do solo, o uso e conservação de sementes crioulas, dos consórcios entre diferentes espécies vegetais, da manutenção da biodiversidade das áreas cultiváveis, da ausência do uso de insumos químicos. Ela, enquanto modo de produção agrícola, tem pressupostos claros, como o manejo sustentável do solo, a adubação orgânica, a manutenção da biodiversidade, entre outros aspectos técnicos, muitas vezes, ou talvez em sua maioria, desenvolvidos historicamente por povos ancestrais, como os indígenas e quilombolas, e então reelaborados e mantidos pelos povos camponeses de todo o mundo. Tem como fundamento incorporar o funcionamento ecológico necessário para uma agricultura sustentável, mas ao mesmo tempo introjeta princípios de equidade na produção (LEFF, 2002).

Portanto, ela não se limita a ser apenas uma forma de manejo, isto seria reduzi-la absurdamente, e desassociar toda a fundamentação do porquê de se adotar uma linha de manejo sustentável baseada na experiência ancestral. Há um caráter político e social com conteúdo crítico. Se entrelaça com as lutas por justiça socioambiental, conceito este que será mais bem definido no próximo capítulo, e com questões referentes ao feminismo, a exploração da mão de obra camponesa, as contradições do desenvolvimento agrário no Brasil e no mundo. Os consequentes movimentos sociais que a estas questões se sucedem, são também parte central da Agroecologia. Aqui, podemos perceber e somar dois aspectos fundamentais: a agroecologia como técnica agrícola e a agroecologia enquanto movimento social, e como luta por justiça socioambiental. Caldart a define de forma bela:

A agroecologia é matriz de produção que desenha uma forma de agricultura, de raiz ancestral, indígena e camponesa. E ao mesmo tempo é expressão das iniciativas atuais de superação de sua forma industrial capitalista, responsável pela depredação da natureza e pelo adoecimento do ser humano[...]. E se realiza como um modo de vida, como *cultura*. [...] (CALDART, 2019, p. 3).

Mas ainda há um último aspecto não menos importante: a agroecologia enquanto ciência. A Agroecologia nos convoca a um diálogo de saberes e intercâmbio de experiências; a uma hibridação de ciências e técnicas; e a uma interdisciplinaridade (LEFF, 2002). Ao se desenvolver como um imbricado tecido de técnica, luta e movimento social, em ambos os sentidos ela

pressupõe a construção e desenvolvimento do pensamento científico, e neste sentido vai penetrando a academia e se consolidando como ciência. É enquanto tal que pode garantir maior solidez em suas formulações, registros e encaminhamentos rumo a uma nova proposta de modo de produção de vida, não só de alimentos. Ainda para Leff:

a agroecologia é terra, instrumento e alma de produção, onde se plantam novas sementes do saber e do conhecimento, onde enraíza o saber no ser e na terra; é o caldeirão onde se amalgamam saberes e conhecimentos, ciências, tecnologias e práticas, artes e ofícios no forjamento de um novo paradigma produtivo (2002, p. 37).

Caldart (2022, p.4-5), nessa direção, faz uma demonstração ilustrativa do que podemos chamar, de tripé agroecológico:

Em uma das formas de linguagem usada para pôr à mostra esta totalidade, que vai além do “logos” que a identifica, se costuma dizer que a Agroecologia se sustenta em três “pés” (ou no “tripé”) que a vão conformando como uma práxis construída por diferentes sujeitos sociais: o “pé” da prática, o “pé” da ciência e o “pé” da luta. Estes três “pés” podem ser entendidos como momentos dialéticos de sua realização histórica. Momentos que se conectam, são interdependentes, mas não se superam nem se fundem entre si. E que por vezes conflitam, o que dificulta, mas faz avançar o todo das práticas e a formação dos sujeitos que elas envolvem.

Pensar a Agroecologia neste movimento dialético dos três “pés” nos mostra a diversidade de seus sujeitos bem como o protagonismo das comunidades camponesas em sua construção. E o avanço das práticas mostra que as tarefas diferentes que especificam os ditos “pés” da Agroecologia não implicam sujeitos diferentes na sua realização. A superação desta cisão é um desafio formativo permanente, enquanto estivermos sob a vigência da forma social capitalista, que tem na separação entre trabalho intelectual e manual, entre quem toma as decisões e quem as executa, uma de suas características estruturais (CALDART. 2022, p.5).

Nesse sentido, a Agroecologia é central no Plantio Solidário. Pode ser notada em sua tríplice forma (técnica agrícola, movimento social e ciência) sempre mobilizada com a intencionalidade formativa dos sujeitos. Todo o trabalho realizado nos mutirões se relaciona de uma ou de outra forma, a essas facetas agroecológicas, talvez mais ou menos aparente para uns do que para outros, e apreendidas de formas diferentes. Quando os sujeitos envolvidos nos mutirões são convidados a aprenderem a montar um canteiro apenas com insumos biológicos, de forma a favorecer a biodiversidade do solo, estão se relacionando com um aspecto agroecológico estrutural. Quando os sujeitos experimentam a divisão das tarefas em equidade de gênero,

também se relacionam com outro aspecto agroecológico fundamental. Quando optamos coletivamente em não utilizar nenhum defensivo químico na nossa lavoura, e compreendemos isso como importante para nossa saúde bem como também para a saúde do sistema agrícola em geral, nos relacionamos com fundamentos agroecológicos.

3.1 Agroecologia X Agronegócio

É impossível compreender a agroecologia sem associar sua existência a uma contraposição lógica e histórica óbvia ao agronegócio. Vamos, portanto, definir melhor o que seria o conceito de agronegócio do qual estamos falando.

Delgado (2012) define como uma articulação entre complexo agroindustrial, propriedade fundiária monopolizada e financiamento estatal. Poderíamos acrescentar a sustentação política ideológica da grande mídia empresarial como outra base fundamental do agronegócio.

O fato de que nas últimas décadas, a agroecologia tenha se configurado como conceito sólido só foi possível com o avanço brutal do agronegócio, impulsionado pela dinâmica capitalista de produção dependente, e que produz como efeito diversas reações perceptíveis tanto sociais como ambientais.

A crescente pressão em favor da agricultura industrial e da globalização, com ênfase nos cultivos de exportação, mais recentemente os cultivos transgênicos, e a rápida expansão dos agrocombustíveis (cana-de-açúcar, milho, soja, palma, eucalipto etc.), cada vez mais transformam a agricultura do mundo e o fornecimento de alimentos com impactos e riscos econômicos, sociais e ecológicos potencialmente severos. Tal reforma se dá em meio a mudanças climáticas, que se espera tenham efeitos significativos e de grande alcance na produtividade de cultivos, predominantemente nas zonas tropicais do mundo em via de desenvolvimento. Os riscos incluem incremento em inundações de áreas baixas, maior frequência e severidade de secas em áreas semi-áridas e condições de calor excessivo, as quais podem limitar significativamente a produtividade agrícola (ALTIERI, 2010. p. 23).

A partir Altieri (2010), é possível notar que há uma diferença significativa nos impactos dos modelos de produção agrícola do agronegócio para os países dependentes como o Brasil. Além das consequências climáticas advindas da forma predatória que tal modo de produção engendra, há também as consequências sociais econômicas e políticas, formando uma techedura

ardilosa e perversa, que recai sobre as frações mais vulneráveis da classe trabalhadora classes (povos e comunidades) com um peso muito mais denso do que para a elite dos mesmos países, bem como para os países que ocupam posições dominantes na divisão internacional do trabalho, por conseguinte, na trama imperialista, suas elites e a classe trabalhadora de lá. Quando falamos das consequências climáticas, queremos dizer que:

A crise socioambiental manifesta na degradação das florestas e oceanos, na emissão dos gases de efeito estufa que causam colapsos climáticos transnacionais, atinge amplas dimensões da vida natural e social, mas a questão climática é, sem dúvida, uma ameaça dramática [...]. Como o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) nos explica, se a temperatura média subir mais de 1,5°C acima do período pré-industrial, é provável que um processo irreversível de mudança climática seja posto em marcha. Assim, cientistas e, recentemente, os adolescentes, vem repetindo e gritando que temos de mudar urgentemente a forma como vivemos ou seremos condenados ao desaparecimento de parte da população ou à existência muito pior em um planeta hostil (COSENZA, 2021. p. 72-73).

A forma de produção agrícola predatória que se dá no Brasil, por exemplo, colabora com o colapso ambiental ao mesmo tempo em que serve à economia global, e sobretudo aos interesses dos países centrais e das corporações que neles acumulam riquezas. Desde o princípio da modernidade e da era da mundialização do capital, determinadas regiões do globo são afirmadas nas relações internacionais como periferia e como tais, respondem às demandas econômicas dos países centrais (AQUINO; LOUREIRO; STORTTI. 2017). Sobra para nós as consequências de tal modo predatório de produzir, seja na forma de mudanças climáticas, seja no impacto à soberania alimentar que que tal modo de produção agrícola produz. Uso indevido de agrotóxicos, as monoculturas imensas, o desmatamento, as mega propriedades latifundiárias contemporâneas, a superexploração da força de trabalho, o adensamento dos centros urbanos... são estas as facetas do agronegócio na realidade concreta dos países periféricos ou de economias dependentes.

Uma análise mais aprofundada da produção, comercialização de alimentos e da segurança alimentar expõe problemas da lógica do mercado que privilegia a saúde do sistema financeiro em detrimento da saúde, da cultura, do bem-estar e da própria sobrevivência da população. Mas, a alimentação é apenas uma dentre tantas outras questões que, de um direito humano, foi transformada em mercadoria, alvo de complexos e contraditórios sistemas de troca, lobbies, cartéis, etc. (FESTOZO; MICHELINE. 2017. p.2).

É neste aspecto que a agroecologia surge como contraposição radical ao agronegócio, e busca produzir dentro de sua práxis, coesão entre as formas de se produzir alimento, vida, saúde e justiça, abrindo uma fissura importante no modelo de capitalismo dependente. Compreendemos como inegociáveis as categorias alimento, vida, saúde e justiça dentro da práxis agroecológica, e o diálogo estreito com movimentos sociais tais como o MST e a Via Campesina. São de fundamental importância porque tais categorias são contraditórias ao modo de produção capitalista. Tais movimento sociais também compreendem de igual maneira as formas estratégicas de se organizar coletivamente diante destes problemas:

Frente ao poderio do agronegócio, é necessário construir alianças entre todos os movimentos camponeses, com a classe trabalhadora urbana e com outros setores sociais interessados em mudanças estruturais, de carácter popular. [...] Os enfrentamentos com o capital, e seu modelo de agricultura, partem da disputa das terras e do território. Mas, se ampliam para as disputas sobre controle de sementes, da agroindústria, da tecnologia, dos bens da natureza, das águas e das florestas (MST, 2014. p.32) .

Evidencia-se aqui aspectos inegociáveis da agroecologia, e é a partir de tais aspectos que a pesquisa foi desenvolvida . Ou seja, pensar como, de que forma, se de fato isto pode ocorrer e em qual medida, a tomada de consciência dos sujeitos mobilizados pelos e nos mutirões podem ocorrer. Qual é o potencial de educabilidade que o projeto Plantio Solidário tem, e como ela se dá no sentido de discutir questões tão agudas que se explicitam na contraposição: Agronegócio X Agroecologia. No que diz respeito à fome e à denúncia que a agroecologia faz em relação ao modelo do agronegócio, e que é central para a pesquisa presente e aos processos formativos que são analisados, é relevante identificar que:

Além da contaminação química decorrente do uso dos agroquímicos, a monocultura e a expansão das fronteiras agrícolas, com a concentração de terras e de poder, vêm reduzindo drasticamente a biodiversidade e as riquezas naturais, chegando a comprometê-la na escala de grandes extensões e biomas. Todo esse conjunto de fatores interfere negativamente na determinação social da saúde(...) (GUHUR; SILVA, 2021, p. 69).

Ou seja, pretende-se evidenciar o fato de que a contraposição da agroecologia em relação ao agronegócio é a própria contraposição desta em relação ao modo de produção capitalista. A agroecologia é anticapitalista em essência.

4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

A Educação Ambiental (EA) vem se constituindo há alguns anos como um campo amplo, heterogêneo e de disputas no interior do próprio campo, portanto é relevante descrever brevemente seu histórico e definir de qual abordagem compartilhamos. De forma geral, podemos dizer que a ideia de separar educação de ambiente já pressupõe um certo mal-entendido, pois:

toda educação já não seria ambiental? A adjetivação [...] tornou-se necessária em função desta dimensão ter permanecido diluída e invisível em correntes pedagógicas dominantes que se apoiam em uma concepção generalista e essencialista do *homem* que historicamente apagou dimensões que a EA se propõe a resgatar (LAMOSAS. 2021. P. 343).

É nesse sentido que vem se construindo como campo, principalmente a partir dos anos 70, e podemos dizer de acordo com Lima e Layrargues (2014) que existem três grandes tendências: a conservacionista, a pragmática e a crítica. Os autores as definem como macro-tendências político-pedagógicas, percebendo seus antagonismos e limitadas confluências.

A EA conservacionista foi a que despontou a princípio, com um enfoque muito mais na conservação dos espaços verdes e naturais, nas unidades de conservação, parques florestais, e pouco permeando as instituições educacionais. É marcada pela ausência da análise estrutural da questão ambiental, e com enfoque claro e específico no que podemos considerar “ecoturismo” e suas ramificações. É desta macro-tendência que surge a EA pragmática, muito desenvolvida através do viés liberal e empresarial, ganha muita força nos anos 80.

Para Lamosa (2021) é nesse contexto que são difundidos inúmeros projetos e ações baseados em respostas superficiais, individualistas e comportamentais por organizações (empresas, institutos, fundações, ONGs). Estas iniciativas não atingem as razões estruturais da crise e ainda difundem os valores dominantes que exaltam as boas práticas empresariais que agregam valor às mercadorias e à imagem das corporações. Ou seja, podemos dizer que é uma macro-tendência bastante apropriada pela lógica do capitalismo.

Além deste aspecto liberal, e talvez por ele mesmo, esta corrente da EA é prescritiva dos bons costumes individuais, inviabilizando a questão ambiental na sua dimensão social e política. Muito centrada na economia de água doméstica, na separação do lixo doméstico, e demais ações individuais, como se as grandes questões que nos colocam em uma devastadora crise pudessem

ser resolvidas com essas mínimas mudanças pessoais. É exatamente o carácter liberal de tal corrente que a faz ser “amiga” do desenvolvimento sustentável e conciliadora com o capitalismo.

Por desenvolvimento sustentável, bem como a crítica a este conceito, trago Foladori e Tommasino:

Actualmente el concepto de desarrollo sustentable tiene diferentes connotaciones, según los autores que lo utilizan. Para unos, hablar de desarrollo sustentable es referirse, exclusivamente a la sustentabilidad ecológica. Para otros, y aquí podemos ubicar las posiciones oficiales de los organismos internacionales, el desarrollo sustentable implica una sustentabilidad ecológica y una social. Sin embargo, a nuestro entender, la sustentabilidad social interesa sólo en cuanto genera sustentabilidad ecológica, y no por sí misma. En este sentido su concepto de sustentabilidad social es limitado. Por último, están quienes consideran que la sustentabilidad social es de interés por sí misma, en cuanto el desarrollo humano es una coevolución entre la sociedad y la naturaleza y no puede ser separado un aspecto de otro (FOLADORI; TOMMASINO. 2000, p.51).

Já a tendência da EA crítica surge em contraposição a corrente pragmática e conservadorista. Também para Lamosa (2021), esta corrente é caracterizada por uma multiplicidade de tradições teóricas que se afirmaram na esquerda mundial: marxistas, anarquistas, popular, emancipatória etc. Existe uma heterogeneidade dentro desta vertente, mais ou menos radicais, porém, de forma geral, se confluem na crítica ao modo de produção capitalista e suas formas acentuadas de exploração. Ela compreende o ambiente como social, político e histórico, e assume uma crítica profunda ao modelo regido pelo capital, compreendendo-o como motor da atual crise socioambiental, e com o qual não há como compactuar.

A EA crítica é, portanto, compreendida, por aqueles que a defendem e a constroem, como ferramenta de análise conjuntural, ao passo que também é ferramenta pedagógica para adentrar os espaços e instituições de educação imbricada no pensamento crítico. Rompe com o imperativo prescritivo de boas práticas ecológicas que a EA conservacionista e pragmática pressupunha, que delegam ao indivíduo as responsabilidades das mazelas ambientais, e acreditam que a simples mudança de hábitos individuais pode resolver tais problemas. A EA crítica em contrapartida é:

aquela que em síntese busca pelo menos três situações pedagógicas: a) efetuar uma consistente análise da conjuntura complexa da realidade a fim de ter os fundamentos necessários para questionar os condicionantes sociais historicamente produzidos que implicam a reprodução social e geram a desigualdade e os conflitos ambientais; b) trabalhar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais ante as relações de expropriação,

opressão e dominação próprias da modernidade capitalista; c) implantar a transformação mais radical possível do padrão societário dominante, no qual se definem a situação de degradação intensiva da natureza e, em seu interior, da condição humana (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 64).

Tendo estas definições dadas e assumindo a EA crítica como base teórica de tal pesquisa, podemos caminhar para uma outra perspectiva também de grande valor para a presente pesquisa: quando a EA crítica se encontra com os Movimentos Sociais e quando se encontra com a Agroecologia.

Ambos, Educação Ambiental Crítica e Agroecologia, partem de um importante pressuposto analítico comum, a Ecologia Política, leitura da realidade que possui o referencial conceitual apropriado para efetuar a análise crítica das relações de poder que permeiam o modelo de produção agrícola hegemônica e sua relação com a degradação socioambiental, fertilizando o debate pedagógico exatamente na direção dos “problemas rurais” e das “práticas agrícolas”(LAYRARGUES, 2021, p. 18).

Os movimentos sociais no Brasil e no mundo representam um conjunto de ações, sujeitos e coletivos que criticam de alguma forma organizada as mazelas do capitalismo. Ou porque as sofrem diretamente ou porque as sofrem indiretamente, compreendendo-as como urgentes de serem criticadas, e expondo-as para a sociedade civil. São heterogêneos haja visto a multiplicidade de movimentos sociais que compõem o cenário contemporâneo, mas que comungam de um consenso: a crítica ao capital e às consequências dele.

Nesse sentido, um movimento social é uma forma de ação coletiva, mas não é um ator em si mesmo. É mais um processo sustentado por um conjunto de ações e atores, onde o que se prioriza é a ação motivada por um sentimento de injustiça e, portanto, por uma visão da necessidade de se encontrar outra forma de organizar a sociedade e pensar o desenvolvimento (ESCOBAR, apud BEBBINGTON, 2007:39).

Para pensar a conexão existente entre o campo dos movimentos sociais e o campo da EA, é necessário ter claro que o conceito de “injustiça socioambiental” e o próprio conceito de “ambiente” são, de forma geral, conceitos caros para ambos os campos e compreendidos no seu mesmo sentido. É no “ambiente” que muitas das injustiças sofridas pelas classes populares se dão, seja pelo direito à terra, à alimentação, às consequências da mineração e exploração dos recursos naturais, entre tantas outras. Quando se define constitucionalmente o meio ambiente como conjunto de bens de uso comum do povo, estabelece que os bens ambientais não podem

ser utilizados pelo Estado ou por particulares de forma que seja impedindo o usufruto coletivo destes bens (ACSELRAD, 1992). Fica evidente que sim vivemos um estado constante de injustiças socioambientais, e que ela afeta diretamente e diariamente o usufruto dos bens naturais, que em essência são ou seriam coletivos, por parte das classes mais oprimidas

Ou seja, condições objetivas propiciaram que o ‘ambiental’ fosse incorporado pelos movimentos sociais como elemento estratégico nas lutas populares e democráticas e para a explicitação dos conflitos ambientais, uma vez que a disputa por bens naturais e seu controle na apropriação e uso é inerente à propriedade privada capitalista (LOUREIRO, LAYRARGES, 2013, p.61).

O questionamento das relações de poder e a valores morais realizado pelos grupos e classes subalternas põem em questão não só a exploração, mas também as diferentes formas de poder experimentados na pele pelos diferentes grupos e pessoas, cotidianamente. Assim, as injustiças e opressões cotidianas são a base da formulação crítica sobre a realidade e do desencadeamento dos movimentos sociais, porque são compreendidas como expressões da acumulação e da dominação (SERRÃO, 2011).

Há, portanto, na luta que pressupõe reconhecer o conflito, uma possibilidade de resposta na forma de ação direta, proposta pelos movimentos sociais. Entendendo que ao trabalhar com sujeitos coletivos em situação de vulnerabilidade socioambiental e com os movimentos populares em geral, “a educação antes de ser popular ou ambiental tem que ser entendida e praticada segundo os princípios da teoria educacional crítica, que são os princípios que fundamentam a educação popular e a educação ambiental em sua vertente transformadora, que é a que aqui se coloca.” (BLOISE; FRANCO. 2011, p.6). Assume-se, portanto, que a crítica é comum tanto para a EA como para os movimentos sociais, e ela é identificada no conflito.

O MST, entre outros movimentos sociais camponeses, tem um papel histórico no cenário dos movimentos sociais brasileiros, tendo como um eixo central de sua luta o combate ao agronegócio, braço capitalista que domina o campo e espaços do parlamento no Brasil. A proposta de reforma agrária popular, aliada ao combate aos agrotóxicos, a construção de uma agricultura familiar de base agroecológica, ao uso coletivo e social da terra são a base do MST enquanto resposta à crítica feita sobre a dominação e exploração capitalista no campo. Tal movimento tem uma forma própria de organizar-se, de conduzir o processo formativo de sua militância, que será explicitado a fundo no próximo capítulo e de propor uma nova forma de

viver em coletividade na nossa sociedade. É interesse da presente pesquisa compreender como o MST produz esses processos formativos, identificando a inegável intersecção que há entre as lutas do movimento com a EA crítica e a agroecologia, bem como de sua compreensão conceitual sobre ambiente e injustiça socioambiental.

Se torna importante trazer para o contexto desta pesquisa também dois conceitos muito caros para a EA crítica: o conceito de justiça ambiental e o de ecologia política.

É a partir da conjunção entre estes três conceitos e categorias que podemos de fato compreender a profundidade da crítica urgente ao nosso tempo. A EA aliada a Justiça Ambiental busca superar as injustiças ambientais agravadas pela desigualdade de classe, gênero e raça, através do reconhecimento e engajamento político dos/as cidadãos/ãs (COSENZA, VIEIRA, ROTATORI, 2019).

O conceito de justiça ambiental se refere à questão de que o direito à vida saudável, a acesso à terra, alimentação, lazer entre outros direitos que tem o ambiente como centralidade, não são igualmente compartilhados pelos diferentes agentes sociais, de diferentes classes e contextos sociais. O atual panorama anti-ecologista só faz fortalecer a hegemonia do capital aumentando cada vez mais as desigualdades em todos seus aspectos, inclusive na distribuição do ônus do crescimento capitalista. Esse ônus não é homogêneamente distribuído na sociedade, bem como os bens ambientais, e é esse panorama que a justiça ambiental reconhece e se posiciona contrariamente (COSENZA, 2014).

Para o movimento de justiça ambiental, uma situação de injustiça ambiental caracteriza-se quando na sociedade se destina a maior carga dos danos ambientais a grupos sociais de trabalhadores ou grupos étnicos discriminados, entre outros segmentos em estado de maior vulnerabilidade social e econômica, ameaçando a integridade da saúde ambiental e comprometendo a sua reprodução social (LAYRARGUES; LOUREIRO. 2013, p. 63).

Há uma desigualdade socioambiental que torna a experiência de grupos sociais específicos mais ou menos plenos de direitos. Bem como também os tornam mais ou menos vulneráveis a conflitos socioambientais. A fome, o direito à moradia negado, o desemprego e a consequente superexploração do trabalho são algumas das consequências vividas por grupos sociais específicos, decorrentes destas desigualdades socioambientais. Assim, na sociedade capitalista, o acúmulo material das classes dominantes se dá através da expropriação ambiental

dos trabalhadores, e as taxas de lucro dos grandes grupos empresariais se vinculam à degradação ambiental dos espaços de vida e de trabalho desses grupos e classes expropriadas (GOULD, 2004). Muitas vezes são estes agentes sociais os que constroem e dão forma ao movimento de justiça ambiental. Podemos compreender ecologia política como uma área de investigação voltada para a questão de que existem agentes sociais diferentes que disputam e conciliam suas condições de reprodução da vida e do capital a partir dos recursos naturais de formas também diferentes. “A ecologia política, em resumo, focaliza a atenção nos modos pelos quais agentes sociais, nos processos econômicos, culturais e político-institucionais, disputam e compartilham recursos naturais e ambientais e em qual contexto ecológico tais relações se estabelecem.” (LAYRARGUES; LOUREIRO. 2013).

Ela poderia ser compreendida como uma derivação da economia política, porém, trazendo centralidade à natureza como estrutural na análise total. Na ecologia política a natureza é vista não apenas como fonte de recursos, mas percebida como ontologicamente essencial para a existência humana, aquilo que nos antecede e que de nós independe, cuja dinâmica ecológica, mesmo que por nós mediada e transformada, precisa ser conhecida e respeitada a fim de que o modo de produção não seja incompatível com sua capacidade de suporte e de regeneração (FOLADORI, 2001).

5. O Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra

“LUTAR, CONSTRUIR REFORMA AGRÁRIA POPULAR!”
(Palavra de ordem lema do 6º congresso nacional do MST)

A Encruzilhada Natalino que ocorreu no Rio Grande do Sul em 1981 pode ser considerada a semente embrionária do MST, e representou uma forte mobilização social camponesa contra a violência da ditadura empresarial-militar, exigindo um regime democrático. Ali se configura um primeiro acampamento de trabalhadores rurais como estratégia de luta social, e que foi duramente perseguido pelas forças repressivas do regime autoritário apoiado pelos latifundiários. Com apoio de alguns setores da sociedade civil, a Encruzilhada foi ganhando repercussão e se reconfigurando, podemos considerar que é, portanto, dali que a força motriz do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra foi impulsionada.

Outra semente de igual força e impulso embrionário para o MST foi a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que foi organizado na década de 70 como polo de resistência dentro da Igreja Católica, principalmente nas periferias do Brasil, em meio à brutal ditadura empresarial-militar. Com influência da Teologia da Libertação, que tem um dos seus grandes pensadores Leonardo Boff, a CPT deu suporte em inúmeros momentos as lutas camponesas, pois compreendiam os valores cristãos como anticapitalistas e fundamentalmente humanista. Legitimava, mesmo em meio a dura repressão, às lutas dos movimentos operários e camponeses. A CPT foi de grande importância no desfecho da Encruzilhada Natalino e em como estes trabalhadores rurais conseguiram se organizar (MORISSAWA, 2008).

O primeiro congresso nacional do MST, ocorrido em janeiro de 1985, na cidade de Cascavel, Paraná, afirmou a ocupação da terra como forma de luta, além de definir os seus princípios enquanto movimento: a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pelo socialismo. Teve como claro a necessidade de autonomia política em relação a partidos e governos. Atuou na transição conflituosa do fim da ditadura e teve participação no complexo processo de reordenação democrática ao longo dos anos de 1980. Porém, mesmo enquanto movimento social em processo de construção, o MST logrou trazer pautas importantes ao debate, sempre com centralidade na questão agrária e na urgência da reforma agrária no Brasil e nesse processo se forjou, compreendendo as dimensões das relações de poder nos anos pós-ditadura. :

O país vivia um período de esperança com o primeiro presidente civil em 21 anos. O Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) de 1985 previa dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e assentar 1,4 milhão de famílias. O plano, porém, fracassou. Cedo, aprendemos que os interesses do latifúndio encontravam nos aparatos do Estado suas melhores ferramentas de repressão ou omissão. Foi assim, com o PNRA, no Governo Sarney, em que apenas 6% da meta de assentamentos foi cumprida – cerca de 90 mil famílias – ainda assim, graças à pressão das ocupações da terra (site oficial MST, 2023).

O projeto de reforma agrária popular criado pelo MST vêm se aprimorando, mas segue sendo marginal em relação a políticas públicas efetivas por diferentes governos que administram as funções do Estado capitalista. Não só é evidente a despreocupação governamental em organizar uma ampla reforma agrária em todo o território nacional, como a criminalização do movimento quando este ocupa as terras e faz a devida pressão para que o direito constitucional da função social da terra seja cumprido. Nessa perspectiva, é necessário ressaltar o que estabelece a Constituição de 1988:

Art. 186 – A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988).

O artigo citado acima justifica e endossa a desapropriação de terras que não cumpram sua função social, porém, não há meios que façam valer esta lei senão pelo conflito, pois é perceptível a olhos nus que a maior parte das terras agricultáveis no nosso país são propriedade de latifundiários que não cumprem, explicitamente, estes critérios constitucionais.

Contudo, seja através da visão oligárquica da questão agrária ou da perspectiva de modernização conservadora estabelecida pelo neoliberalismo que se tornou uma referência no início dos anos de 1990 no Brasil, o latifúndio foi preservado. Isso significa que o neoliberalismo é incompatível com a ideia da reforma agrária popular. Portanto, é ao “ocupar, resistir e produzir” que se pode fazer valer a lei, e criar condições de que avancemos, mesmo que gradualmente, para um processo de reforma agrária popular, onde todos e todas possam ter seus direitos à vida garantidos.

Um importante passo foi também a criação da Via Campesina, em 1993, que devemos trazer aqui como uma ferramenta para internacionalizar a luta camponesa e articular o MST com outros diversos movimentos e organizações camponesas ao redor do mundo, que lutam por condições mais justas de vida no campo.

Outro marco importante, que não poderíamos deixar de citar ao contar a história do movimento, foi o maior massacre da segunda metade do século XX, ocorridos no Brasil: Eldorado dos Carajás (1996), no Pará.

O processo de luta pela desapropriação da Fazenda Macaxeira, no Pará, se deu entre setembro de 1995 e culminou no massacre de 17 de abril de 1996. A luta envolveu 3500 famílias organizadas pelo MST, e as estratégias foram desde ocupação da beira de estrada, marcha e negociações com representantes institucionais do estado do Pará. Não houve, porém, nenhum cumprimento às negociações, e o conflito seguiu. A luta dos trabalhadores/as foi cruelmente interrompida pela ação da polícia:

O resultado, entretanto, foi bem preciso: na hora, morreram 19 trabalhadores rurais, com 37 perfurações de bala, e 56 ficaram feridos. Outros dois morreram dias depois. Segundo o médico legista Nelson Massini, houve tiros na nuca e na testa, indicando assassinato premeditado de sete vítimas. Ficaram nos corpos dos mortos 17 balas e 12 deles apresentaram cortes profundos com foices e facões, provavelmente instrumentos retirados dos próprios trabalhadores rurais. Um teve a cabeça esfaqueada (MST, 2023).

Este massacre marcou duramente a história brasileira, bem como a história dos Sem Terra, e um ano após tal ocorrido, 1300 Sem Terras de todo país marcham até Brasília, na Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária. Lá, foram recebidos por mais de 100 mil pessoas, e este é um momento histórico também para o movimento, não somente por reivindicar direitos e melhores condições de vida, mas também para exigir a punição dos responsáveis (que seguem até hoje em liberdade) pelo Massacre de Carajás. Esta foi apenas uma das marchas que o MST organizou, e que marcam sua história. De lá para cá, muitas lutas seguiram sendo travadas, e hoje a complexidade da atual conjuntura nos mostra novos desafios:

Com a expansão e a consolidação do agronegócio, a complexidade do debate em torno da questão agrária aumentou, e os Sem Terra tiveram que qualificar o debate. O capital estrangeiro, as transnacionais, os grandes grupos econômicos tomaram conta da agricultura no país, para exportar matéria-prima, produzir celulose e energia, para sustentar o seu modo de consumo.

No entanto, mais do que nunca a reforma Agrária era algo necessário. Uma reestruturação não só da concentração da propriedade da terra no Brasil, mas do jeito de produzir. O que estava em jogo era a disputa entre dois modelos de sociedade e produção agrícola, ou seja, a disputa entre os projetos da pequena agricultura, voltada para a produção de alimentos para o consumo interno, e o do agronegócio, baseado em monocultivo e voltado à exportação (MST, 2023).

A caminhada ainda é longa e a luta continua, são inúmeros os projetos que o movimento propõe no sentido de avançar na construção e ampliação de forças de base para conseguirmos conquistar nossos ideais. O Plantio Solidário é um destes projetos, que se dá na especificidade da zona da mata mineira. Para tanto, também é necessário apresentar no presente trabalho o que se compreende por organicidade dentro do MST, e o quão central ela é para o funcionamento da coletividade e de uma luta popular organizada.

5.1 Organicidade como princípio

Compreender a organicidade como princípio é estruturante para compreender a especificidade da organização coletiva dentro do MST, e ela por si só implica um processo formativo. A organicidade significa a forma orgânica em que as tarefas, instâncias e setores do movimento são divididas. Os princípios que norteiam o movimento são a democracia, a participação de todos e todas no processo decisório, a divisão de tarefas e a direção coletiva (MORISSAWA, 2008). Basicamente, podemos compreender a organicidade como um movimento contínuo, dinâmico e coletivo, que se manifesta basicamente na divisão dos setores e também nas instâncias de representação do movimento. Dentro desses espaços, bem como em qualquer tarefa coletiva do movimento, o princípio de divisão de tarefas é regente.

A divisão de tarefas implica em reconhecer e organizar os setores de atuação, com especificidades próprias e fundamentais para a manutenção da vida e luta coletiva. Os principais setores dentro do MST são: Educação, Produção, Saúde, Formação, Comunicação, Gênero, Finanças. Cada setor tem seus responsáveis específicos, e as tarefas são divididas de forma coletiva no seu interior. Já as instâncias têm carácter de auxiliar na coordenação do movimento, se caracterizam por representações com rotatividade periódica, e que se reúnem também periodicamente para definirem as pautas, estudar demandas, buscando manter uma horizontalidade neste processo uma vez que todas as instâncias estão presentes nas reuniões mais importantes do movimento, uma representando a outra em alguns casos. Sempre buscando garantir uma via de mão dupla para que o movimento seja como um todo coeso e que tenham oportunidade de encaminhar decisões com todas as representações coletivas em direito de fala e escuta. É composto sempre por um representante homem e uma mulher.

Existe, vindo da instância mais miúda para as instâncias maiores, as coordenações de núcleos, que são "regiões" dentro dos acampamentos e assentamentos, compostas por um grupo pequeno de famílias ou pessoas. Depois, a coordenação dos acampamentos ou assentamentos; as coordenações regionais; as direções estaduais (coletivo mais responsável pelo acompanhamento prático e concreto das regionais); coordenações estaduais (coletivo mais responsável pela linha política); direções nacionais e coordenações nacionais (seguem a mesma linha desta divisão por estado) (MORISSAWA, 2008). Desta forma, um dos princípios da organicidade dentro do movimento tenta ser assegurado, uma vez que o coletivo necessita se organizar dialogicamente, horizontalmente e democraticamente.

Cada encontro, atividade e festejo leva como característica a divisão das tarefas de forma coletiva, e é esse carácter orgânico da força viva que cada um\la emprega na sociabilidade e concretude sem-terra que garante a sobrevivência do movimento.

5.2 Formação no MST

*“Realmente se essa força chamada MST foi crescendo desse jeito, na luta por terra e pão, construindo educação, ensinando e aprendendo, nessa briga por direitos, numa manhã muito próxima, muita coisa vai mudar: a liberdade virá, os canhões se apagarão, e será daí só canção, melodia de amar. E se você me perguntar então não será mais Sem Terra, respondo claro que sim, pois uma coisa é ser sem-terra, e outra coisa é ser Sem-Terra: Assim vou continuar!”
(Zé Pinto, militante do MST e artista popular)*

Para a análise desta pesquisa, que pretende compreender os processos formativos que o mutirão fomenta, a partir do Plantio Solidário, nos é necessário compreender também como se organiza e se compreende o processo de formação dentro do MST, pois é aí que se encontra a base da práxis que os mutirões pretendem desenvolver. O setor de formação dentro do MST foi criado ao se compreender a centralidade da necessidade de ampliação da consciência de classe sociopolítica na sua própria militância. Para Morissawa:

Embora a própria luta, em suas variadas formas, seja em si elemento fundamental na formação do militante, seu desenvolvimento depende de que ele adquira uma formação sociopolítica da qual os trabalhadores em geral sempre foram privados. Compreender o sistema capitalista, as razões históricas da situação dos trabalhadores, as alternativas ao modelo econômico vigente etc, é fundamental para o engajamento consciente dos sem-terra (MORISSAWA, 2008, p.204).

O processo de formação dos sem-terra precisa ser compreendido sob dois aspectos, ou percursos formativos: um deles está implícito na própria história do MST: trabalhadoras\es rurais em luta, desde as primeiras ocupações no sul do Brasil, as diversas marchas, o massacre de Carajás, e tantos momentos que marcam a história do movimento, marcam também os sujeitos sem-terra, que ao compor o movimento, carregam consigo um pouco desta historicidade como identidade. A história viva do movimento forma sua própria militância. O segundo aspecto é a formação que cada sujeito sem-terra vive na experiência direta e histórica de seu tempo, com

todas as características que o movimento tem na forma de se organizar coletivamente, na sua organicidade, assim também cada um dos sem-terra se forma permanentemente.

Observando mais atentamente a dinâmica interna deste movimento, é possível identificar algumas ações e vivências que, pela força de atuação sobre as pessoas que dela participam, podem ser compreendidas como *processos socioculturais* que possuem componentes educativos e formadores decisivos na constituição da identidade dos sem-terra do MST (...): a ocupação da terra, o acampamento, a organização do assentamento, o ser do MST e a ocupação da escola (CALDART, 2000, p. 65).

Caldart (2000) também reafirma um conceito muito interessante trazido por Simone Weil, o conceito de enraizamento: a ideia de que o ser humano cria raízes no seu tempo histórico e na realidade a partir de uma participação real, natural e ativa na existência da coletividade, “que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (CALDART, apud WEIL, 2000). Por razões diversas, entre elas especificamente na precariedade da vida da classe trabalhadora, pode ocorrer o que a autora chama de “desenraizamento”, onde se perde as raízes sociais na memória e na coletividade de seu tempo histórico. Se acentua o individualismo desesperado da sobrevivência num mundo liberal e hostil, e das configurações das relações sociais que tal contexto produz.

O desenraizamento é considerado pela autora como uma das mais nocivas doenças da sociedade humana. Este conceito é trazido por Caldart ao perceber que o MST, no processo de formação de sua militância, produz ou resgata “enraizamento”, e pode dar condições de projeção de um futuro mais esperançoso. Este é um pressuposto importante no processo de formação sem-terra.

Ainda para Caldart:

Essa experiência de participação humana em um movimento social como o MST produz aprendizados coletivos, que, aos poucos se conformam em cultura, naquele sentido de jeito de ser, hábitos, posturas, convicções, valores, expressões de vida social produzida em movimento, e que já extrapolam os limites deste grupo social específico. Isso não quer dizer que todas as pessoas que vivenciam essas ações coletivas aprendam a mesma coisa e da mesma maneira (CALDART, 2000, p. 106).

As experiências coletivas, que dentro do movimento surgem a partir de uma contestação social explícita, resultam em uma desobediência organizada, por exemplo, no ato de ocupar uma terra e resistir em luta, coletivamente. Implica uma educabilidade própria que fundamenta o ser

Sem Terra. Não só quem vive diretamente a experiência de uma ocupação se forma nela. A herança de uma rebeldia organizada extrapola a experiência direta e é carregada pelo coletivo como memória, identidade e como cultura. Para além disso, cabe ao setor de formação do MST pensar inúmeras experiências e processos, contínuos ou não, que visam aprofundar a condição de crítica sociopolítica de sua base militante.

6. O PLANTIO SOLIDÁRIO: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA FORMATIVA

A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, nosso sonho. Paulo Freire

Para dar início a este capítulo, me parece relevante introduzir brevemente a história do Assentamento Denis Gonçalves, espaço onde acontecem os mutirões e que além de ser permeado por uma história de luta popular, retrata também a história do nosso país. A antiga fazenda Fortaleza Santana traz em sua terra um pouco da história fundiária do Brasil.

Nela, encontramos a Toca da Índia, local onde foi encontrado o fóssil de Luzia, e que compunha o acervo do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Este fato demarca que haviam os povos originários do nosso território habitando estas terras antes e durante a colonização, e que foram dizimados ou expulsos daqui ao longo da história. Uma parte importante da nossa história, que ainda se teima em não ser bem contada, é a existência dos povos indígenas de Minas Gerais, e quais destinos eles tiveram. Mas a partir da história do Assentamento Denis Gonçalves podemos tocar nestas feridas históricas e nos compreender como povo.

Outro marco importante é o fato de esta fazenda ter sido parte de uma Sesmaria, possuindo em seu território 3 marcos. Sua posse esteve ligada à alta oligarquia agrária, base da burguesia no Brasil, e este é um retrato fundiário do Brasil:

Ela pertenceu, até 1845, ao fazendeiro Joaquim José de Santana. Foi herdada por Maria José de Santana, a baronesa de Santana, que, em 1872, a repassou ao filho, Mariano Procópio Ferreira Lage, engenheiro que projetou a União-Indústria, primeira estrada pavimentada do país, ligando Juiz de Fora a Petrópolis (RJ). Na segunda metade do século 19, a Fortaleza de Sant'Anna chegou a ter 270 escravos. A sede foi consumida por um incêndio, em março de 2001, mas a fazenda preserva benfeitorias, como o terreiro e as casas de café, um gerador de eletricidade alemão, moradias de colonos e uma igreja (Correio Braziliense, 2023).

A Fazenda Santana passou todo o ciclo do café em alta categoria, sendo uma das mais importantes referências deste momento. Possuía maquinário de ponta para a época, além de ser uma fazenda referência também na ‘reprodução de escravos’. Esta é uma parte perversa da história brasileira que está marcada em tal território. Ao passar por ele, vivenciando um processo formativo como o Plantio Solidário pressupõe fazer, podemos tentar fazer uma análise da necessidade de luta organizada que já foi feita - e que ainda temos de fazer - para reordenar nossas terras e nossa história enquanto país, rumo a um futuro mais justo socioambientalmente e portanto fundiariamente, para todos e todas.

A ocupação desta fazenda se deu em 2010, e o processo de desapropriação se iniciou em 2013, data que se comemora o aniversário do Assentamento Denis Gonçalves, o maior assentamento de Minas Gerais, e que guarda mais da metade de sua área como área de reserva ambiental.

São 155 famílias que lá habitam, e desde 20 de junho de 2016 a Escola Estadual Carlos Henrique Ribeiro dos Santos, com atualmente 50 alunos do ensino fundamental e médio, recebe famílias assentadas e também da região. A presença da escola representa uma grande conquista para o Assentamento e para o MST como um todo, pois é a partir da educabilidade própria das escolas do campo sem terra que se pretende fazer a escolarização de sua comunidade.

A escola também compõe um espaço importante para o Plantio Solidário, pois é nas áreas coletivas que bordeiam as duas sedes da escola que o projeto se dá, tanto na área da Sede como na Serra. A presença do Plantio também acaba por permear o cotidiano da comunidade escolar, fomentando o contato com os mutirões e reflexões sobre solidariedade, agroecologia e soberania alimentar no ambiente escolar.

Tendo apresentado um pouco mais da especificidade do território que acolhe o Plantio Solidário, cabe trazer agora um pequeno conjunto de fotos dos mutirões, com a intenção de ilustrar a presente pesquisa com um pouco mais da experiência coletiva vivenciada por nós.



Foto 1 - Mutirão para cavar o poço de irrigação



Foto 2 - Encontro das Famílias



Foto 3 - Diversos momentos nos Mutirões



Foto 4 - Diversos momentos nos Mutirões



Foto 5 - Beneficiamento da colheita do nosso feijão e o preparo do 14M junto às mulheres do Plantio Solidário, preparo das taiobas e do feijão tropeiro.

6.1 Triângulo: Educação Ambiental, Agroecologia e MST

A partir da análise dos mutirões do Plantio Solidário, pude identificar um triângulo potente que se solidifica na práxis de tais experiências. O triângulo, ou poderíamos aqui retornar a metáfora que Caldart nos traz do tripé agroecológico, (algo que se estrutura sobre três pés sólidos, sem o que se pode cair), se forma na união entre três pontos fundamentais: a EA crítica como disparadora da denúncia da situação desumanizante, a partir das categorias de injustiça socioambiental; a Agroecologia e o MST como anunciadores de novas possibilidades de se viver e produzir coletivamente a vida de forma mais justa, ou seja, de se mudar o mundo.

A EA como ponto de tal triângulo, e surge como motriz crítica na análise da questão ambiental, compreendendo-a como fundamental na maneira como a fome e a insegurança alimentar se apresentam para a classe trabalhadora. Ela serve de fundamento teórico potente, e impulsiona dialogicamente as ferramentas pedagógicas experimentadas nos mutirões. Mesmo que sem estar explícita, ela nos fundamenta como teoria de análise do “fenômeno” fome e conseqüentemente do fenômeno “Plantio Solidário”, e nos auxilia a compreender e atuar na

realidade concreta, que é socioambiental e pode ser questionada pedagogicamente a partir da intencionalidade do trabalho dos mutirões. A EA crítica:

Visa à formação de sujeitos críticos, participativos e comprometidos com uma sustentabilidade socioambiental plural, enquanto opção ético-política. O caminho da sustentabilidade não é apenas uma questão ética e moral, é também questão política e econômica e assim, na EA, não basta formar sujeitos ecologicamente conscientes se eles/as também não forem politicamente atuantes (SILVA; COSENZA. 2021, p. 116).

Como ciência que é práxis e que se relaciona com a Agroecologia, podemos dizer que para a EA o papel do conhecimento científico, na concepção crítica que nos orienta, é apreender o essencial dos fenômenos, o permanente na sua dinâmica. Permite então apreender o fundamento comum a práticas bem diversas de agricultura camponesa, e em diferentes momentos históricos, dando condições de sistematizar formas e princípios de como fazer ou não fazer agricultura; leva a compreender a diferença fundamental entre a matriz produtiva agroecológica e a matriz produtiva do agronegócio, esta que integra o circuito de reprodução do capital (CALDART. 2022).

Partimos para o seguinte ponto, a agroecologia como fundamento e base da ação concreta. A agroecologia caracteriza a forma optada pelo Plantio Solidário de se produzir alimentos coletivamente, com intuito de compartilhá-los em solidariedade. Ela também pode ser compreendida como opção de modo de produzir pois a compreendemos como parte da tarefa histórica de construir alternativas concretas e práticas para transformação do atual sistema social que ainda rege (ou tenta reger) a vida de todos e todas as dimensões da vida (CALDART, 2022). Nesse sentido, esta é a contraposição entre o modelo agroecológico e o do agronegócio que a experiência nos mutirões do Plantio propõe:

Enquanto cá temos agricultores familiares, lá temos o empresariado ruralista. Enquanto cá temos a lavoura, lá temos o latifúndio rural. Enquanto cá temos trabalho, lá temos o capital. Enquanto cá temos famílias e comunidades integradas, lá temos tratores e satélites. Enquanto aqui se luta pela Reforma Agrária, lá se combate a Reforma Agrária. Enquanto cá temos esterco animal, lá temos fertilizantes químicos e agrotóxicos. Enquanto cá temos quintais e diversidade de plantas e bichos, lá temos uniformização monocultural e padronização genética. Enquanto cá temos as águas protegidas, lá temos a exaustão dos recursos hídricos. Enquanto cá temos uma agricultura mão-de-obra intensiva, lá temos uma agricultura maquina-intensiva. Enquanto cá temos as feiras locais orgânicas e agroecológicas, lá temos a bolsa de valores de mercados globais. Enquanto cá temos a produção de alimentos, lá temos a produção das commodities (LAYRARGUES, 2021, p. 24).

O terceiro e último ponto do triângulo que se apresenta nesta análise é a própria vivência dentro de um movimento social como o MST. Por mais que o Plantio Solidário seja construído por diversas organizações e movimentos sociais, é na vivência dentro de um assentamento do MST, onde os mutirões se dão, que reside sua educabilidade.

A organicidade própria do MST, a forma que se divide e organiza coletivamente o trabalho, é uma experiência formativa em si. Também sua história de luta, seus territórios conquistados pela força de homens e mulheres que “ocuparam, resistiram e produziram” são por si só formativa e de extrema potência. Ela proporciona o que Caldart, quando cita Weil, nos fala sobre “enraizamento”, como foi apresentado no capítulo anterior. Pode fomentar o resgate de *raízes* nos indivíduos com a coletividade e a memória de luta de seu povo, de sua classe.

O projeto Plantio Solidário surge como proposta do MST, e mesmo que sua construção só seja viável pela soma da força diversos outros movimentos e organizações sociais, o fato fundamental de que os mutirões tenham se dado em terra coletiva “sem-terra” é instigador de uma rebeldia organizada, inspirador de questionamentos sociais e potencialmente disparador de uma desobediência fraterna e anticapitalista. O convívio com o povo sem-terra, com os/as assentados/as, a visita aos seus lotes produtivos, a visita ao patrimônio histórico, as memórias da escravidão, foram identificadas como de grande impacto para os/as representantes das famílias que participaram dos mutirões.

Outro aspecto fundamental que o Plantio Solidário nos traz é a solidariedade enquanto fundamento. A solidariedade é cara para os movimentos sociais de forma geral, porém no MST a solidariedade assume face central. É uma consequência da capacidade de cumprir a função social da terra a capacidade de produzir alimentos para o povo trabalhador, portanto para todo e qualquer assentamento sem-terra a solidariedade é especialmente fundamental.

O princípio da solidariedade, portanto, tem um papel central como articulador dos diferentes atores envolvidos. É o princípio que costura as diferenças. Ele é construído pelo grupo durante a sua trajetória e tem como base um referencial de valores e ideologias compartilhados, em parte advindos dos usos e tradições (SERRÃO. 2011, p. 4).

A ideia de solidariedade aparece nos acampamentos, quando o povo Sem Terra a recebe de diversos segmentos da sociedade civil e de outros movimentos sociais, na forma de apoio jurídico, alimentos, medicação, braços e pernas para somar na luta da trincheira de uma ocupação. A solidariedade impulsiona o MST desde sua fase embrionária, quando são acolhidos

pela solidariedade alheia. Porém, é, portanto, uma das tarefas centrais do povo sem-terra retribuir o que tanto recebem. Ao cumprir a função social da terra, cada lote assentado cria condições de alimentar as pessoas que passam fome nas periferias das cidades.

É, portanto, compreendendo a especificidade de cada ponto do que chamo de triângulo (EA crítica, Agroecologia e o MST) que encontramos aspectos fundamentais para perceber a educabilidade dos mutirões do Plantio Solidário. E tais aspectos não se manifestam senão por uma práxis particular, que nos foi sendo experimentada ao longo do processo, e descoberta pelo próprio coletivo no decorrer de cada encontro. A dinâmica dos processos formativos propostos foi sendo adaptada, e passo a passo fui percebendo que a centralidade da educabilidade do Plantio Solidário se dava já no próprio mutirão, onde este triângulo era a própria práxis.

Muitas vezes, as atividades formativas intencionalizadas que realizamos após o almoço, ou seja, após o trabalho coletivo no mutirão (incluindo o manejo na terra, a ciranda, a alimentação, a limpeza) tiveram menos repercussão nas pessoas participantes. Observo que foi exatamente ao longo do trabalho no mutirão em si que o maior impacto formativo se deu para as pessoas participantes.

Aliado a esta prática formativa que se dá no seio do trabalho coletivo dos mutirões, as místicas, rodas de fechamento e avaliação do dia compõem parte da sistematização da experiência formativa. De igual importância foram as rodas de conversa ou dinâmicas de grupo inspiradas nos Círculos de Cultura freireanos, e que ocorreram dentro do Plantio Solidário. Foram propostas e vivenciadas em eventos pontuais na história do Plantio, como no encontro das famílias que se deu no assentamento em novembro de 2022, e o 14M, em março de 2023 numa ação de homenagem a Marielle Franco, que ocorreu no Armazém do Campo e envolveu as mulheres de todos os bairros mobilizados.

Nesta experiência em particular do 14M, organizamos uma roda repleta de elementos que falam sobre o universo feminino e rural, como panelas, colheres de pau, facão, enxada, folhas de taioba, de ora-pro-nobis, sementes de feijão, de milho, entre outros elementos. A partir desses elementos, cada mulher era convidada a escolher um e se apresentar dizendo um pouco o porquê daquele elemento a representar ou representar sua história.

Pudemos observar como estas mulheres, em sua maioria, mesmo morando em áreas periféricas urbanas, tinham uma história camponesa, e de forma geral, é na relação com o alimento que esta história se mantém viva. Muitas das mulheres escolheram a taioba por

exemplo para se apresentar, e relataram memórias familiares rurais, onde suas mães preparavam este alimento, que era colhido no quintal. Nessas falas foi possível analisar o quão relevante é para a segurança e soberania alimentar a presença dos quintais e hortas de fundo de quintal para as famílias.

Observamos que a intensificação da precarização da vida nas periferias urbanas contemporâneas afasta da vida concreta destas e de inúmeras famílias a possibilidade de terem suas hortas de fundo de quintal, hortas comunitárias etc. Participar do Plantio Solidário reacendeu estas memórias e pode inspirar a organização coletiva para implantação e manutenção destas possíveis hortas coletivas ou de fundo de quintal nos territórios urbanos, como forma de resistência.

No Encontro das Famílias, por sua vez, criamos diversas perguntas geradoras e nos dividimos por grupos, misturando as pessoas de diferentes contextos e bairros mobilizados para refletirem sobre essas questões. Ao final de um tempo, cada grupo era convidado a apresentar uma síntese a respeito da pergunta que recebeu para refletir, e escolheriam um representante para apresentar para todo o ‘grupão’ na plenária. Foi muito rico observar que as reflexões realizadas evidenciaram uma compreensão de justiça e\ou injustiça socioambiental, a relação que estas injustiças tem com a saúde, no caso o direito à natureza como forma de manutenção da saúde.

Algumas falas trouxeram relatos sobre a melhoria na saúde mental e física a partir da vivência nos mutirões, e explicita isso. O fato de ter acesso a um ambiente natural, lazer em meio a natureza e alimentação saudável na refeição diária compõe uma experiência que para muitas das pessoas participantes dos mutirões e moradoras das periferias urbanas é uma raridade. O simples fato de ter um sábado em meio a natureza, plantando e colhendo, conversando e saindo da realidade de seu próprio território implicou para várias das pessoas participantes do mutirão em melhoria direta na saúde mental e física.

Essa perspectiva corrobora com o conceito de 'determinantes sociais de saúde', pois “com este referencial de análise, a saúde\doença deve ser vista como resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra, acesso a serviços de saúde e demais componentes da vida humana” (TAMBELLINI; MIRANDA. 2021, p. 313). Cabe ressaltar *o acesso e posse da terra* como central na análise específica desta pesquisa, e seus impactos sobre a saúde.

Em diversas falas foi possível perceber tomada de consciência sobre a necessidade de organização popular comunitária. Ela foi percebida nas falas do encontro da família quando observou-se a necessidade de organizarem-se para reivindicar melhorias específicas nos bairros, bem como no desejo de criar hortas comunitárias. Foi possível perceber também que estes encontros e as discussões coletivas propostas neles, onde conseguimos reunir diversos bairros juntos, fomentou um desejo de que fossem repetidos. Que se pudesse criar uma articulação entre estes sujeitos e estes territórios, compreendendo que juntos de fato somos mais fortes e mais potentes para mudar as condições injustas que vivemos. Esta é uma conquista cara para o nosso processo formativo.

6.2 ANÁLISE DA EDUCABILIDADE DO MUTIRÃO: o trabalho coletivo como processo formativo

Ao analisar, de forma inicial o que chamo de triângulo entre: Agroecologia - EA crítica - MST, nos deparamos com uma categoria que assume centralidade na educabilidade dos mutirões: o Trabalho. O trabalho tem centralidade aqui, mas não um trabalho qualquer, dentro da lógica do capital. Quando pensamos na relação dos seres humanos para produzirem os meios de vida através do trabalho, não significa apenas que, ao transformar a natureza, nos transformamos a nós mesmos, mas também que a atividade prática do trabalho é o ponto de partida do conhecimento, da cultura e da conscientização sobre o mundo e a natureza (FRIGOTTO, RAMOS E CIAVATTA, 2005). Este é o conceito de trabalho tal qual compreendido por Marx e Engels, e que se dá no seu sentido ontológico.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos (MARX, 2013, p. 255).

O trabalho assalariado no capitalismo e suas variações tensionam o sentido ontológico identificado porque gera o estranhamento e a alienação (MARX, 2008) e fortalece o domínio da burguesia nas relações sociais e de poder. Assim, a apropriação do trabalho pelo modo de produção capitalista tende a anular a humanidade dos trabalhadores.

Aqui podemos compreender a faceta histórica do trabalho na relação com seu sentido ontológico. O trabalho no mundo do capital assume a manutenção das classes sociais e das estruturas de poder. É esta crítica que fazemos ao destacar o sentido ontológico do trabalho como algo vital para a vida humana e denunciar o sentido histórico como próprio da sociabilidade capitalista, que degrada a vida.

Na contracorrente, a educabilidade dos mutirões, partindo do trabalho que é realizado coletivamente, aponta, ao mesmo tempo, a crítica ao sentido histórico do trabalho no capitalismo e a necessidade de recuperação do sentido ontológico pela ação coletiva.

Nesta concepção de trabalho o mesmo se constitui em direito e dever e engendra um princípio educativo ou formativo. O trabalho como princípio educativo deriva do fato de que todos os seres humanos são seres de natureza e, portanto, tem a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar os seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência e outras tarefas de vida pelo trabalho, é comum a todos os seres humanos, evitando-se, dessa forma, criar indivíduos ou grupos que explorem ou vivam do trabalho de outros. Estes, na expressão de Gramsci, podem ser considerados mamíferos de luxo, seres de outra espécie que acham natural viver do trabalho do outro (FRIGOTTO, RAMOS e CIAVATTA, 2005, p. 3).

O trabalho coletivo ganha ainda um outro peso fundamental para a sobrevivência coletiva, como práxis agroecológica. Sobre isso, Caldart (2022) ensina que um passo fundamental é inserir os sujeitos em práticas agroecológicas vivas, por mais que simples. Assim, vivenciando-as, estes sujeitos podem desenvolver aprendizados que os levem à compreensão do que a Agroecologia materialmente é, pode ser. Aprendizados “técnicos” que os vão aproximando deste mundo da agricultura, que pode ser para elas ao mesmo tempo conhecido e novo (CALDART. 2022).

Ainda para a autora, avançando sobre essa questão, não apenas o trabalho agroecológico é disparador dos aprendizados técnicos, que já por si só representam quebras importantes de paradigmas sobre a produção de alimentos no mundo contemporâneo, mas:

É a compreensão da práxis agroecológica como totalidade e em perspectiva histórica que nos permite desvelar o caráter histórico (portanto, transformável) da forma capitalista de agricultura; abre possibilidades reais, materiais, desta superação no que é essencial à sociedade que é a produção de alimentos. E isso nos ajuda a pensar a superação da forma capitalista de trabalho para além da agricultura. Permite projetar o comando do trabalho pelos coletivos de trabalhadores quando ao se apropriarem do

produto e dos meios de produção também se apropriam conscientemente dos conhecimentos neles entranhados (CALDART. 2022, p.7).

Ainda sobre o trabalho, na forma em que se apresenta no Plantio Solidário, destaca-se o conceito de relações sociais de produção, que integra a teoria do valor, mas se transforma, desde a concepção de história em que foi formulado, em uma ampla chave de análise dos processos de trabalho concretos e reais. Isso se dá porque concentra duas grandes dimensões fundamentais: a relação ser humano e natureza, sendo o ser humano parte da natureza que com ela entra em relação metabólica para garantir sua sobrevivência e reprodução; e as relações entre os seres humanos para realização do trabalho e que passam a ser matriz geral da construção da vida social em todas as suas dimensões (CALDART, 2022).

É uma concepção de trabalho coletivo que humaniza, pois o:

[...] trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI. 2003, p. 13).

Portanto, o trabalho nos mutirões do Plantio Solidário pode ser compreendido como um trabalho que humaniza, e que tenta desconstruir as relações de opressão próprias do trabalho no mundo capitalista. Tomar, por parte dos sujeitos que participam desta experiência formativa, consciência de que o trabalho, na especificidade do trabalho construído coletivamente, pode assumir outro significado é um princípio fundamental da educabilidade dos mutirões. Significa humanizar-se, humanizar o outro, compreender o que é fundamental para a vida humana e compreender que isto que é fundamental para a vida humana não é e nem nunca pode ser medido pelo lucro.

7. O PLANTIO SOLIDÁRIO A PARTIR DAS FALAS DOS QUE DELE PARTICIPARAM: significações de sujeitos do bairro do Vale Verde

As entrevistas foram realizadas em junho de 2023, período que demarca pouco mais de um ano de vida do projeto Plantio Solidário, e se pretende que com esse tempo passado, as reflexões tenham se assentado nos sujeitos participantes que foram entrevistados. Como descrito

no capítulo 2, onde defino a metodologia de pesquisa, as entrevistas foram feitas com sujeitos participantes representantes das famílias mobilizadas do bairro Vale Verde. A escolha pelos sujeitos do Vale Verde se deu por serem estes os sujeitos que mais vezes estiveram nos mutirões do Plantio Solidário, a média de participação de cada pessoa entrevistada foi de 4 a 5 mutirões em que estiveram presentes. Esta escolha se dá, pois pressupõe que com mais idas ao assentamento, mais participação nos mutirões, mais formas de educabilidade foram experimentadas e vivenciadas.

Também o Vale Verde é o único bairro, até o presente momento, que conseguiu implantar uma horta comunitária em seu território. Ainda é um projeto em etapa inicial, mas representa um possível impacto no território das experiências vivenciadas no Plantio. Na horta do bairro também houve 2 grandes mutirões, os quais estas pessoas entrevistadas também estiveram presentes, e que o Plantio Solidário também se somou. Foram mutirões em que estive presente enquanto representante do MST, do Plantio Solidário, mas também como pesquisadora. Nestes mutirões implantamos a horta, seguimos a estrutura dos mutirões do Plantio, houve muita troca coletiva e celebração. Isso significa, ou pressupõe, mais experiências dentro da ideia de educabilidade dos mutirões. Também significa, por minha parte, uma maior inserção neste território, onde pude me aproximar mais da realidade e história destas pessoas e da comunidade. Preparamos canteiros, adubamos, plantamos em consórcios de espécies vegetais, cobrimos o solo com cobertura vegetal, criamos um pequeno jardim na lateral dos canteiros com flores e adubação verde; estas foram atividades práticas que se entrelaçam com a mística de abertura e a roda de encerramento, segundo a metodologia própria dos mutirões do Plantio Solidário.

Importante ressaltar que este território tem uma longa história de ocupações, e muitas pessoas se relacionam com esta experiência. Uma parte do bairro foi direcionada, a partir de um projeto político do município, a distribuição sistematizada de lotes para famílias mediante um processo de cadastramento e sorteio. Nem todas as pessoas foram contempladas pelo sorteio, e áreas foram ocupadas pela comunidade com intuito de serem legalizadas pela prefeitura futuramente. Ainda hoje estas são áreas de ocupação não legalizadas, e guardam uma história bem comum para as periferias periurbanas de Juiz de Fora e de outras regiões do Brasil. Ocupar é uma constante experiência coletiva das periferias: ocupar e aguardar para ver o que acontece.

Mesmo que sem uma reflexão mais profunda sobre a distribuição e uso social de terras, ou sobre a reforma agrária em si, mesmo sem a reflexão sobre o significado da propriedade

privada de forma mais sistematizada, há uma consciência de que para a classe popular mais vulnerável, ocupar é uma forma de sobreviver, e que é fruto de uma profunda injustiça social.

Torna-se importante compreender, como carácter metodológico, a estrutura dos mutirões e como eles se organizam. Desde maio a dezembro de 2022, acontecendo semanalmente aos sábados de 8 às 14hrs, os mutirões por si só possuem uma estrutura formativa, permeada pela organicidade própria do trabalho coletivo dentro do MST. No início das manhãs, há um café solidário seguido pelo momento da "mística", que é de grande importância. Compreende-se por mística: “os dicionários dão como sentidos ‘tratados sobre coisas divinas ou espirituais, ciência ou arte do mistério’. No contexto sem-terra é um ato cultural em que suas lutas e esperanças são representadas” (MORISSAWA, 2008, p. 208). Se dá na abertura de todo e qualquer trabalho coletivo, e é marcada por um conjunto breve de ações que podem envolver música, poesia e teatro, que trazem uma intencionalidade ao trabalho, e refletem sobre a luta social que está ali por traz.

Dentro do projeto Plantio Solidário, as místicas são pensadas por um grupo que se alterna a cada semana, e permeadas pela discussão acerca da fome, da agroecologia, da luta por justiça social e pela reforma agrária popular. Este é um momento formativo bastante importante, e também ao final dos mutirões, após o trabalho coletivo, também fazemos uma reflexão e avaliação entre o grupo, bem como trazemos alguma atividade ou dinâmica intencionalizada que aprofunda as questões na mística inicialmente trazidas.

Dá-se então, entre a mística e o fechamento, o próprio trabalho coletivo dos mutirões, dividindo-se as tarefas entre os sujeitos participantes, de forma horizontal, de forma que potencialize o protagonismo de cada um dentro do grupo. O manejo da horta, o plantio e as colheitas são parte do trabalho, mas há também a equipe que cuida do preparo do almoço e também um grupo que assume os cuidados com as crianças presentes no coletivo, trabalho este chamado de “ciranda” dentro do MST.

A ciranda compõe uma parte bastante importante também para nós enquanto grupo de trabalho coletivo, e é uma prática fundamental no MST. É a partir da existência dela que aqueles que têm filhos podem participar de outras tarefas, cientes que o grupo se responsabiliza pelo cuidado coletivo das crianças. A ciranda contribui principalmente para as mulheres, pois histórica e socialmente são elas as que acabam assumindo integralmente os cuidados com os filhos, e uma vez que se garante que o coletivo fará esta tarefa ao longo da atividade em questão,

ela pode se compreender como um sujeito social para além do papel de mãe ou cuidadora. As cirandas são também parte intencionalizada do trabalho coletivo. Nelas, as crianças podem participar do plantio, bem como realizam também leitura de livros, trabalhos artísticos e demais atividades construídas e propostas pelo grupo responsável. A ciranda é parte importante para a presente pesquisa, pois é a partir da existência dela que as mulheres chefes de família dos bairros mobilizados podem estar atuando nos mutirões em outras tarefas que não a de mãe\avó\cuidadora, e podem participar dos processos formativos de forma mais orgânica.

O diário de campo contém os registros dos mutirões, compreendendo toda a experiência do mutirão como formativa em si, mas também as propostas formativas internacionalizadas experimentadas pelos participantes. Dinâmicas de grupo e rodas de conversas são exemplos das experiências complementares vivenciadas nos mutirões com as famílias mobilizadas, bem como de todos os/as participantes dos mutirões, sejam eles assentados, militantes urbanos ou famílias mobilizadas, compreendidos de forma horizontal. São intimamente ligadas à ideia de 'Círculos de Cultura' de Paulo Freire, compreendendo-os como rodas de conversa que se debruçam sobre elementos, imagens ou palavras disparadoras do diálogo, onde todos os presentes têm liberdade plena de trazer suas próprias reflexões geradas a partir destes elementos. Importa que estes elementos, imagens ou palavras façam parte da vida concreta dos sujeitos participantes do Círculo, e que dialoguem com as experiências propostas no Plantio Solidário, em particular:

O que fundamentalmente importa é que estes homens particulares e concretos se reconheçam a si próprios, no transcurso da discussão, como criadores de cultura. Por isto as imagens devem poder expressar algo deles próprios e, tanto quanto possível, seguindo suas próprias formas de expressão plástica. [...] Segundo esta pedagogia, o aprendizado já é um modo de tomar consciência do real e como tal só pode dar-se dentro desta tomada de consciência.(FREIRE, 1967, p. 7).

As entrevistas, por sua vez, realizadas ao passado um ano de experiência do projeto e da pesquisa, compõem ferramenta fundamental para identificar nas falas dos sujeitos as potencialidades, ausências, conexões e transformações que a educabilidade dos mutirões do Plantio Solidário pode produzir. Pretendo realizá-las com um grupo de sujeitos representantes das famílias mobilizadas do bairro Vale Verde, de forma semiestruturada, registradas na forma de áudio, com finalidade de captar detalhes da percepção de cada um dos sujeitos mobilizados.

Estas entrevistas estão melhor descritas no capítulo 7, onde detalharei estes sujeitos e seus territórios.

Por ser uma das proponentes de tais experiências, junto a um coletivo que tem como tarefa cuidar da formação do projeto Plantio Solidário, e, ao mesmo tempo, pesquisadora e observadora atenta dos resultados objetivos e subjetivos que tais experiências provocam, busco no diário de campo uma das ferramentas metodológicas que também compõe esta pesquisa, e se soma na análise destas entrevistas.

Escolhi 3 pessoas que foram muito significativas na trajetória da participação do Vale Verde no Plantio Solidário, mas busquei não identificá-las na pesquisa pois acredito que isso garante maior conforto para os sujeitos entrevistados. Todos os sujeitos são mulheres, com mais de 45 anos, representantes e chefes de suas famílias, ou seja, aquelas que são responsáveis pelo trabalho reprodutivo, isto é, alimentação da família, as compras, a gestão dos alimentos e recursos para a sobrevivência da família. Isso representa bastante para a pesquisa, pois são estas pessoas que se deparam com a situação de vulnerabilidade ou insegurança alimentar primeiro, e são elas que se responsabilizam por encontrar formas de lidar com esta situação.

Ao longo das entrevistas, que foram feitas individualmente, pude perceber na análise de suas falas, que existiam alguns pontos comuns que corroboram com o que eu pretendia encontrar como pressupostos da educabilidade dos mutirões, e outros que demonstraram limites ou ausência da reflexão que eu pressupunha encontrar. Tratarei aqui neste capítulo de explicitar estes pontos considerados comuns, e que, portanto, configuram um acerto, se é que podemos dizer assim, nas metodologias desenvolvida, bem como explicitar também aqueles pontos que ficaram ausentes ou limitados, ou não apareceram de forma consistente na maioria das falas.

Isso não implica dizer que tais sujeitos não contemplaram um objetivo do projeto, ou culpabilizá-los por isso. De forma alguma se pretende isso com a pesquisa, tampouco pretendo desvalidar a metodologia que construímos enquanto coletivo no Plantio Solidário, nem a experiência concreta potente que desenvolvemos. Pelo contrário, a presente análise das falas pretende identificar como se deu e como podemos fortalecer a educabilidade dos mutirões.

Definirei alguns eixos temáticos, são elas 1) a Soberania Alimentar; 2) a Solidariedade e Coletividade; 3) a Reforma Agrária; e 4) o Agronegócio e a Agroecologia; buscando analisar como estes conceitos aparecem ou não a partir das falas das pessoas entrevistadas, e como elas se relacionam com a experiência do Plantio Solidário.

7.1 Soberania Alimentar e Fome

As entrevistas de forma geral deixaram muito claro que a experiência de insegurança alimentar é muito bem compreendida pelos sujeitos entrevistados, ou seja, elas sabem identificar o que representa a situação de fome ou insegurança alimentar, pois vivem de maneira concreta, alguns mais outros menos. Conseqüentemente, todas as falas explicitam que o seu oposto, ou seja, o oposto da insegurança alimentar ou fome é ter acesso a alimentação saudável diariamente em quantidade e qualidade. Por mais que os conceitos não se apresentem em palavras precisas - segurança alimentar, insegurança alimentar e soberania alimentar - a compreensão dos seus significados ficou bastante clara para todas as pessoas entrevistadas. Podemos observar isto nestes fragmentos quando pergunto se perceberam mudanças do último ano até hoje nos hábitos alimentares de sua família, ingredientes que compunham as refeições diárias e que não estão mais presentes pois não cabem no bolso, e se sentiram que estavam vivendo insegurança alimentar na sua família ou nas famílias ao seu redor:

Com 100 reais você trazia, vamos colocar assim, umas 4 sacolas, hoje com 100 reais no máximo você traz duas ou três. Olha, tanto para minha família como para muita gente aí, igual a gente fala você vai no açougue você olha assim a carne de boi por exemplo, a gente tá trocando tipo assim pelo frango mas mesmo assim você tem que você tem que ter aquele processo de pesquisar preço. -Rosa-

Quando pergunto para ela sobre quais os primeiros itens que sumiram de casa neste momento em que ficou tudo mais caro, tanto Rosa como Açucena são bem específicas e claras; os legumes, frutas, verduras e a carne:

Assim né, alface você comprava a 1 real hoje a gente tá pagando 4 reais. Fui no Bahamas tava 4,50 um alfacezinho. O pé de galinha a gente sempre comia, na sopa fica assim uma delícia. Hoje nem pé de galinha a gente tá podendo comprar. Agora que os rico descobriu que ele tem mto colágeno e num sei o que, o pé de galinha tá quase 7 reais... não tem como mais não. Ate osso tava vendendo no açougue. Assim, eles acham que a gente pode estar convivendo com salário muito pequenininho, imagina o salário de 1.320 reais, um pai de família que tem vamos colocar aí uma família maiorzinha, como é que ele paga aluguel, como é que ele come bem, uma alimentação boa, como é que ele pode vestir uma criança. não existe. - Rosa -

Legumes, em primeiro lugar, frutas e a mistura, que eu chamo de guloseima. Pq antigamente você comprava pé de galinha, era 50 centavos, hoje tá 7 reais... eu comi muito suã. A gente ganhava no açougue, ou era 50 centavos... hoje é 2 a 3 reais, e é osso... ou seja, você vê que o negócio tá feio. O café e o pão também vai saindo da nossa mesa. Aí fica um fubá suado, ou então um inhame, batata doce... - Açucena-

Em ambas as falas podemos perceber o elemento ‘pé de galinha’ que compõe um conjunto de alimentos importantes nutricionalmente e culturalmente para estas duas mulheres e suas famílias, e agora não mais pertencem a sua rotina alimentar por conta do aumento do seu preço de mercado em contraposição a capacidade aquisitiva das famílias. Fica evidente que elas percebem como o mercado se apropria de situações convenientes para lucrar - seja pela crise, ou seja pelo efeito da propaganda sobre determinado produto, no caso o colágeno presente no pé de galinha. Há a ideia que o mercado está despreocupado com a vulnerabilidade de milhões de pessoas, pois isso define concretamente o que está ou não presente em suas refeições.

Na fala de Dália, que vive uma situação mais vulnerável economicamente e tem uma família grande, com 10 netos e 3 filhas que dependem da renda dela e de seu marido, vemos que muitos itens foram sendo colocados na balança na hora da compra e que isso tem implicações diretas na segurança alimentar:

Carne, coisa que encareceu. O feijão, o óleo. Então você pensa assim, vou comprar um açúcar porque tem criança em casa, engrossar um mingau, uma mamadeira, em vez de comprar o óleo por exemplo. A couve por exemplo tava um molinho de 3 folhas de couve por 3, 4 reais. Ai eu deixo de comprar para comprar um açúcar, um óleo. Ou eu compro 4 folhas de couve ou eu compro 6 pão pra alimentar minha família. - Dália -

Também quando eu pergunto para as crianças, seus netos, sobre o que mais lembram do Plantio Solidário, as crianças todas responderam: a comida. Era a cesta de mexerica que eles comeram muitas, o almoço farto que comeram muito, e que estava muito bom, segundo eles. Isso revela que para estas crianças, mais que as brincadeiras, era a comida em abundância que elas identificavam primeiro como memória mais relevante. Aponta para uma percepção de que há ausência desta abundância em casa, fruto da atual conjuntura de avanço da fome e da insegurança alimentar vivenciada na pele.

Ou seja, quando uma família ou uma comunidade vivem insegurança alimentar e distantes da capacidade de definirem sua alimentação com quantidade e qualidade adequadas, observo uma relação com o conceito de Soberania Alimentar dada pela Via Campesina e referendada no Fórum Mundial de Soberania Alimentar de 2001:

A Soberania Alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias políticas agropecuárias e de alimentação, bem como de proteger e regulamentar a produção agropecuária e o mercado nacional objetivando alcançar o desenvolvimento sustentável

[...] a soberania alimentar não nega o comércio internacional, porém defende a opção de formular políticas e fomentar práticas comerciais que sirvam aos direitos das populações, disponibilizando métodos e produtos alimentícios inócuos, nutritivos e ecologicamente sustentáveis (VIA CAMPESINA INTERNACIONAL, 2001).

Da mesma forma, podemos ver que com a baixa na capacidade aquisitiva destas pessoas, a qualidade das refeições muda drasticamente, pois o primeiro item que de fato sai do cardápio são as verduras e legumes. Mesmo a carne sendo também um dos itens que vem aparecendo menos nas mesas dos brasileiros, são também os legumes e verduras os que podem garantir uma qualidade adequada de nutrientes, vitaminas, fibras, ou seja, eles impactam diretamente a saúde das famílias brasileiras, e sua ausência é sintomática de um nível preocupante de insegurança alimentar. Também na fala de Dália vemos essa percepção dos alimentos que vinham do plantio como fornecedores de ‘saúde’

As coisas que vinha do plantio dava saúde, agente tinha ali oh, saúde. O chá que eu tomei lá um dia só, curou meu estômago. Nunca mais eu tive dor. - Dália -

A partir desses excertos pude perceber que , mesmo sem conceitualizar da forma teoricamente precisa , as falas demonstram uma compreensão concreta da situação de insegurança alimentar e podem sugerir que haja compreensão sobre o que seria, conseqüentemente, segurança alimentar. Porém, quando pergunto sobre as possíveis razões de se existir a fome, posso perceber que a compreensão crítica não se deu de forma completa, como podemos observar nestes excertos:

*Eu acho que assim, você paga um imposto, eu acho que ele teria que ser direcionado a alimentação, teria que ser direcionado a educação, mas muita das vezes você vê assim aquele imposto que você pagou vai para o bolso do político.
Eu vejo assim, às vezes aquele que tem, tem muito; aquele que não tem ele acaba ficando mais pobre, ficando mesmo assim à mercê. Para quem tem aquela condição é fácil, mas às vezes aquele que não tem cada vez vai ficar mais pobre. Eu acredito que assim, existe essa questão da fome devido aos nossos governantes que não tem prioridade né pela alimentação, pela educação, porque se a pessoa tem um estudo, a pessoa vai estudar, a pessoa vai se formar, a pessoa vai ter ali um salário. - Rosa -*

Por mais que haja linha crítica da gestão dos governos sobre a soberania alimentar dos povos, há uma ausência de reflexão sobre o modo de produção capitalista como um todo, e que ele se manifesta no governo bem como se manifesta na forma com que o mercado é organizado, e que muitas vezes mercado e governo se misturam, e predominantemente o *mercado* define o

governo. Esta forma de culpabilizar o governo sem aprofundar o pensamento crítico em uma análise mais global evidencia uma fragilidade na reflexão. Da mesma forma quando Açucena fala sobre as razões da fome, podemos fazer as mesmas considerações, por mais que sua hipótese seja diferente, ela diz

Tem gente que não sabe aproveitar o que tem dentro de casa, joga fora a comida, e o que joga fora hoje faz falta amanhã. Tem gente que prefere beber, se vestir, e depois compra comida. Eu acho que tem que começa o mês comprando comida, garantir, se sobrar aí eu penso na minha cerveja.

Tem gente que não tem nada mesmo dentro de casa pra comer. E a gente tem que ver, por exemplo não dá pra doar pra uma família que tem mais condição que outra que não tá recebendo. A família que precisa mais tem que ter prioridade. Às vezes a pessoa tá comprando roupa, os filhos gastando com bobeira na rua e ainda tá ganhando doação, em vez da família que tá mesmo sem nada. - Açucena -

Açucena traz uma reflexão importante sobre a organização familiar para poder garantir melhor qualidade de sua alimentação, mesmo com escassos recursos. Ela nos fala sobre como, por exemplo, fazer um uso racional dos alimentos, reaproveitamento integral dos alimentos, enfim, medidas sim importantes para garantir a soberania alimentar. Porém, fica ausente de sua fala o fato de que independente das pessoas fazerem melhor ou pior uso dos recursos para terem o mínimo de segurança alimentar, ainda é injusto o fato de alguns terem mais condições de consumir o necessário para sua reprodução e outros não. Ou seja, é injusta a forma com que as riquezas e, conseqüentemente os recursos para alimentar-se, são distribuídos no mundo.

Esta má distribuição é resultante de um modelo capitalista, nocivo e perverso, e que ações individuais nada mais podem ser do que pequenos atenuantes emergenciais, e que para sanar tais lacunas profundas, apenas encarando as mudanças estruturais. De forma geral, mudanças individuais não asseguram a mudança estrutural, e pressupor mudanças individuais responsabiliza o indivíduo sobre questões que não cabem ao indivíduo, mas sim o sistema. Esta perspectiva é enraizada em uma concepção neoliberal de responsabilização do indivíduo sobre seu sucesso ou não, e não compõe uma perspectiva transformadora profunda da sociedade.

Mesmo assim, ambas respostas trazem elementos críticos e fundamentados sobre a Fome, mas evidenciam limites e ausências sobre o tema. Isso nos aponta que há necessidade de aprofundar mais as reflexões sobre tais temas na nossa práxis enquanto Plantio Solidário, visando uma formação política mais completa.

Por outro lado, Dália nos diz o seguinte:

Do meu coração assim, existe fome pelo seguinte, porque muitas vezes não tem onde plantar, não aquele recurso assim, não tem um lugar pra plantar aquilo plantar isso, doar pra alguém...

E é caro pra gente comprar. - Dália -

Dália fala também sobre solidariedade e fome, e consegue relacionar na sua fala, mesmo que inconscientemente, a reforma agrária e a vivência com o MST. Esta fala evidencia que ela percebe a relação entre a fome e a posse da terra, ou seja, a injusta distribuição da terra no Brasil. Também mostra que Dália fez uma relação entre a posse de terra e a sua função social. Ter terra para produzir comida não apenas para si, mas para quem precisa dela. Produzir comida não como mercadoria, mas sim como um direito de todos. Este é um dos pilares do MST, e que na fala de Dália aparece espontaneamente, o que pode nos indicar que houve uma apreensão do sentido mais profundo da fome, e das formas de se lutar contra isso.

7.2 Solidariedade e Coletividade

Esses dois conceitos foram muito presentes nas falas, quando perguntadas sobre os impactos da vivência no Plantio Solidário, e corroboram com a ideia de que ‘o trabalho coletivo nos forma’, ou seja, a partir da experiência dos mutirões enquanto processo formativo, é na coletividade, na alegria de estar junto com quem a gente nunca viu, mas está trabalhando junto por uma causa comum que vamos nos formando e criando sentido para nossas lutas. Como nos diz Rosa:

A alegria no semblante de todos na hora que a gente tava plantando. Uma sensação de abraço, por que assim, eu não te conheço, você não me conhece, mas todo mundo tava junto alegre plantando. Isso mexeu comigo de uma maneira, sabe...várias pessoas que eu não conhecia, que eu conversei, que parecia que eu já conhecia. Aquele serviço de roça mais pesado, mas todo mundo com aquele sorriso, aquela alegria e união.

E aquela união, aquela alegria de tá plantando pra ajudar o próximo, muitas pessoas aqui pelo plantio é beneficiada com os legumes Essa questão aqui da solidariedade, porque tipo assim, eu acho uma coisa bonita porque é um plantio que a gente planta com aquele carinho para poder estar ajudando aquele que não tá podendo, igual a gente acabou de falar, que não tá podendo comprar. Eu tô vendo ali eu vejo ali uma uma esperança de estar plantando para outras pessoas né assim tá se alimentando daquele plantio daqui Nossa Senhora aí é muita coisa é muita emoção assim sabe. - Rosa -

Sua fala evidencia um atravessamento pelo sentido que o trabalho coletivo assume, em razão de se fazer para o próximo, pois vivemos num mundo injusto em que alguns não têm como comprar alimentos saudáveis. O trabalho coletivo aqui, a unidade em prol de um objetivo só que é plantar para colher e doar, mobiliza uma ação militante com raízes na solidariedade. Da mesma forma, Açucena também diz:

Bom, a primeira coisa é as amizades que a gente faz, com o pessoal que não é do nosso bairro. O plantio é uma plantação que a gente faz, num espaço muito bom, lá a gente planta junto o bem, pra poder colher o bem, aquele alimento que planta a gente colhe e vai servir pra gente mesmo levar pra casa e distribuir pro pessoal do bairro. - Açucena -

Da mesma forma, o fato de se criar novos laços de amizade, e a partir deles produzir um trabalho coletivo militante, e doar em solidariedade os alimentos é muito mais que só doar os alimentos. É o ‘bem’ que se planta, colhe e doa, podendo entender-se o bem aqui também como o justo, fruto da luta coletiva. Para Dália, por exemplo, quando pergunto sobre o que mais ela se lembra das idas aos mutirões do Plantio, ela fala:

[A] Aprendizagem que eu tive, convivência com as pessoas. A simplicidade das pessoas. A gente chegando e todo mundo sentando na poeira, e falando pra gente sentar nas cadeiras. E eu olhei assim, falei meu Deus. Muita gente bacana, todo mundo bem arrumado, e deu lugar pra nós e nós meio com medo de sentar na terra. Depois eu pensei e falei, uai, vamo todo mundo sentar na terra então. Vou te falar com sinceridade, naquela época eu era feliz. Sexta trabalhava, arrumava tudo e sábado ia, era uma alegria. De encontrar aquela simplicidade nas pessoas, é disso que eu sinto falta. - Dália

Nesta fala, observo que na relação com aqueles que a receberam no assentamento, foi percebida uma simplicidade que extrapola a diferença de renda entre as pessoas da classe. Quando ela fala que ‘aquela gente bacana, bem arrumada’ se sentou no chão, na verdade está falando que as pessoas que estavam lá, que poderiam ser os militantes da cidade ou do assentamento, mas que para ela eram identificados como de outra agrupamento social, distante de sua condição, a estavam a recebendo com tanta simplicidade, que no fundo deixava a sensação clara de que éramos todos iguais. E em sua fala explícita que esta sensação de coletivo onde para além das nossas diferenças temos e queremos todos sentar no chão e na poeira, dá um

sentido de força e unidade. São estes aspectos fundamentais, que giram em torno da solidariedade e da coletividade e que fortalecem a luta coletiva por justiça social e ambiental.

7.3 Reforma Agrária e MST

Enquanto o MST foi compreendido em todas as falas das entrevistas, mesmo que de forma parcial, a Reforma Agrária não apareceu de forma sistematizada nas falas. Uma pessoa identificou o que é a Reforma Agrária, enquanto as outras não conseguiram compreender e nem, portanto, explicar o que pensam sobre. Das falas sobre estes dois temas, que se entrecruzam quando falam sobre o MST, ou seja, nesse momento o conceito de reforma agrária aparece implícito, apenas uma pessoa soube dizer o que era reforma agrária, e sua fala contempla muito bem o sentido do que ela representa:

Reforma agrária é a gente poder conseguir um terreno, pra plantar, pra construir, pra conseguir uma vida melhor pra gente, e pra todos na verdade. Se eu tenho, o meu vizinho também tem que ter direito de ter uma vida melhor. E a gente tem que lutar, pra todos terem um dia uma vida melhor. - Açucena -

Quando pergunto sobre o que é o MST, e se já tinham tido contato com o movimento antes, se foi a primeira vez, todas as respostas foram que no Plantio Solidário foi a primeira vez que conheceram e se aproximaram do movimento, e que antes só conheciam o que passava na grande mídia, e de forma geral, todas as entrevistas nos dizem que a mídia mostra o movimento de forma ‘torta’, equivocada e tendenciosa.

Nunca tinha ouvido falar [do MST], geralmente a gente ouve na televisão, mas a visão é totalmente diferente. O que eu vi lá [no assentamento] foi aquela alegria toda, mas na tv é diferente. Eles estão roubando terra, estão invadindo. É uma coisa nada a ver. A mídia transmite isso pras pessoas. Importante ir conhecer. A mídia muitas das vezes é mentirosa. - Rosa -

Ou seja, a importância da experiência no Plantio Solidário representa para a compreensão da realidade, a possibilidade de conhecer de perto um dos mais importantes movimentos sociais da América Latina, que, quando aparece na televisão aparece ou sendo criminalizado, ou nas novelas sendo abordado superficialmente e tendenciosamente. Este contato concreto com o MST tem relevância na formação política destas pessoas, e é de extrema importância.

Achei ótimo o movimento, pessoas que não tem nada e quer ter alguma coisa. Luta, tem que lutar. É o que eu gosto, força, luta, até chegar onde que 'quer'. Até conseguir o que querem. Tem muitos que tem muito, e outros que não tem nada, então é justo. A luta é justa.

Nunca tinha ouvido falar, só na televisão. Eu via quando eles falavam 'sem-teto', mas não sabia o que era direito. Na novela, por exemplo, quando falava sem teto, que o pessoal sem teto plantava tudo, e que os homi chegou e jogou pra rua. Mas eu não tinha noção do que era sem teto. - Dália -

Dália fala sobre os 'sem teto', confunde a denominação 'sem terra' com 'sem teto', mas isso não implica em uma má compreensão do movimento de forma geral e de seus princípios. Aqui ela nos fala que eles plantavam de tudo, ou seja, buscavam cumprir o que se compreende como função social da terra e que corresponde a uma percepção muito importante por parte dela. Evidencia também na sua fala a luta, o conflito, também condizente com uma correta interpretação da realidade, e demonstra também uma identificação com o movimento, como aparece nesta fala também.

Uma fala muito rica, demonstrando identidade com a luta por justiça social que o MST trava, e que é necessário lutar. Da mesma forma, Açucena diz que também só conheceu mesmo o movimento no Plantio Solidário, e que o que via antes era apenas na televisão. Ela aponta em sua fala a luta necessária para se conquistar o justo.

A gente só ouvia falar dos sem terra, sem terra, sem terra... mas não sabia direito o que era. Ouvia falar muito que invadiam as casas, que passava muita briga, muita morte, porque os fazendeiro nunca aceitou, como até hoje não aceita, é difícil.

A gente vê que precisa de muita luta, e os sem terra 'invade' as terras que estão parada, que os fazendeiros tem muita terra que não tão fazendo nada, aí eles invadem pra poder lutar, às vezes consegue e às vezes não. É uma vitória quando consegue, aí tem que arrumar água e luz, e fica muito difícil. As vezes faz a casa de pau a pique, igual pra gente é uma luta também conseguir ter uma casa própria. - Açucena -

A fala de Açucena consegue traduzir com rigor e clareza a função do MST, o porquê da luta pela terra, o que seria a função social da terra e ainda aqui, compreende o quão próximo da luta que ela mesmo e sua comunidade fazem para terem uma casa própria. Ou seja, ela compreende que há uma luta para se garantir um assentamento, onde diversas famílias vão poder ter seus lotes e construir suas casas, bem como plantar, mas que também depois que se consegue um lote, há um imenso trabalho como o que ela mesma tem, para se construir, colocar luz, água

etc. Ela se compreende enquanto classe trabalhadora e compreende o ‘sem-terra’ como tal também. Se aproximam como lutadores da mesma batalha.

Por mais que na fala dela o termo ‘ocupar’ não aparece, e sim aparece o termo ‘invadir’, que para nós implica uma diferença importante - invadir é um crime, assim como os grileiros fazem; ocupar é reivindicar o uso social da terra, portanto um direito de todos -, o sentido da luta do MST e a devida compreensão que é uma luta de todos por justiça ficou evidente.

7.4 Agronegócio e Agroecologia

Para as entrevistas, Agronegócio e Agroecologia não são conceitos claros. Uma das entrevistadas não identificou de cara o que seria Agronegócio, e perguntou se seriam aquelas plantações grandes, de milho. Afirmo que sim. Em resposta, ela então afirmou:

Então, eu vejo assim, pra eles lá é um negócio, mas é muito agrotóxico, sei lá, não acho legal não, na minha visão total. - Rosa -

Se eu pergunto sobre a relação do agronegócio com a fome ela não soube responder, e também quando eu perguntei sobre o que é Agroecologia, se ela lembrava de termos conversado no Plantio sobre isso, ela tampouco soube responder.

Observo que esta é uma lacuna formativa que não demos conta de trabalhar ao longo do primeiro ano de Plantio, e que seria importante rever nossa metodologia pois estes termos e conceitos são bastante caros para uma formação política mais completa, e para fazer as devidas críticas ao sistema que nos oprime. Porém, algumas sementes ficam explícitas, como por exemplo o uso dos agrotóxicos e os impactos que eles têm no mundo. Rosa compreende que o Agronegócio está relacionado ao uso de agrotóxicos, percebe que isso não é ‘legal’, e também quando pergunto para ela o que ela faria se ela tivesse um lote na roça, ela me diz:

Eu ia plantar o máximo, e da forma mais natural possível. Sem agrotóxico. - Rosa -

Ela compreende que o uso dos agrotóxicos não se relaciona com uma boa vida, uma boa alimentação, e que se ela fosse para o campo, não o usaria de forma alguma. Isso explicita alguns dos fundamentos de uma práxis agroecológica, mas muito tímidos na sua compreensão da Agroecologia como um todo:

A alimentação saudável não se restringe à questão nutricional e biológica, nem a um ato individual e impessoal. Alimentação é um ato político, é um direito coletivo, em que se expressa a cultura de cada povo, e que sofre as pressões e imposições das políticas neoliberais e do poder decisório das corporações do sistema agroalimentar (GUHUR; SILVA. 2021, p. 68-69).

Portanto, a perspectiva política do alimento ainda fica um pouco turva nas falas e nos mostra que não foi possível ainda consolidar estas reflexões a partir dos mutirões. Ainda há o que se aprimorar enquanto metodologia própria do Plantio Solidário, compreendendo que a participação nos mutirões e no todo que eles representam enquanto formação de sujeitos políticos. Nesse sentido, podemos pensar esta formação a partir de uma *agroecopolítica*, bem como nos descreve poeticamente Layrargues, dialogando com a idéia de Agroecologia como uma complexa práxis transformadora da realidade:

Agroecopolítica também representa um alimento altamente nutritivo, capaz de fortalecer e vitalizar as aprendizagens necessárias para cravar a enxada firme no solo para desnudar as raízes da agricultura capitalista, e arrancar essa erva daninha que finge ser um bom alimento, mas é venenosa e sufoca a colheita dos 64 saberes populares (LAYRARGUES. 2021, p. 63-64).

A compreensão, portanto, do que é o Agronegócio e em sua contraposição radical o que é Agroecologia deve ser melhor trabalhada. Que possamos encontrar metodologias próprias para sanar esta ausência com a qual nos deparamos, porém, como já afirmado anteriormente, nada disso diminui o potencial formativo dos mutirões, pelo contrário, só o reafirma e visa o aprimorar.

CAMINHOS TRILHADOS, CAMINHOS POR TRILHAR

**‘O mundo não é. O mundo está sendo’
Paulo Freire**

Consciente de estar compondo um coletivo muito maior que eu, e que minha pesquisa apenas contribui para a sistematização, avaliação e aprimoramento do projeto que com tanto esmero, paixão e gana construímos juntos, gostaria de finalizar o presente trabalho afirmando que o Plantio Solidário foi e segue sendo um grande laboratório de educação popular.

Encontramos potencialidades próprias do formato com o qual optamos em trabalhar, bem como encontramos, como era de se esperar, limitações. Porém, é acreditando nas suas potencialidades que devemos encarar o lapidar das metodologias para cada vez melhor desenvolver a formação política popular em agroecologia. Observando a intencionalidade desta pesquisa, percebo que os pressupostos que direcionaram o meu olhar, continuam fazendo sentido e servindo de base para pensar e compreender a educabilidade dos mutirões. São eles a Agroecologia no todo de sua práxis; os princípios de organicidade e formação próprios do MST, bem como sua história de luta pela reforma agrária popular; a EA crítica como ferramenta teórica para compreender e denunciar as injustiças socioambientais profundas de nosso tempo.

Ao pensar a metodologia própria dos mutirões, da forma como foi experimentada no Plantio Solidário até hoje, podemos afirmar que sim, há importantes potências. Identifico que estas potências se apresentam principalmente no contato com o MST enquanto importante e histórico movimento social, pois para muitas pessoas foi nos mutirões do Plantio que se deu o primeiro contato e aprendizagens com tal movimento. Bem como se deu nesse espaço a primeira oportunidade para estas pessoas de perceber e se identificar de alguma forma com o porquê da luta por justiça social e pelo acesso à terra que o MST faz.

Também como pontos potentes encontrados e afirmados, podemos elencar a capacidade de perceber e reconhecer a soberania alimentar, segurança e insegurança alimentar associadas a essas mesmas injustiças. Ficou evidente que há uma importante relação entre saúde, segurança alimentar e acesso à terra, e que a experiência com os mutirões nos ensinou a perceber esta relação concretamente.

Por fim, identifico como uma potência de extrema relevância reconhecer a coletividade e a solidariedade como fundamentais na transformação social e na conquista de um mundo mais feliz, justo e abundante para todos e todas. E é na vivência em coletividade que este novo mundo possível poderá se dar, sendo um de seus pilares mais fundamentais a construção concreta da possibilidade de se produzir alimentos para todos, e não de produzir alimentos como mercadoria, vivência esta própria dos mutirões. Estes são aspectos que giram em torno da Agroecologia de forma geral.

Posso afirmar que, para além da análise do que o Plantio Solidário já foi, e do que já deixou como legado, há de se perceber novos rumos para tal projeto. Que possibilitem uma formação mais aprofundada, contínua e completa, no que diz respeito à formação dos sujeitos

das periferias urbanas, com intuito de se tornarem educadores populares em agroecologia. Ou seja, para que sejam os protagonistas em seus territórios na construção da tão urgente luta por soberania alimentar e justiça socioambiental. Desta forma, podemos construir possibilidades mais concretas de solidificar a relação campo cidade, fortalecer as redes coletivas de hortas agroecológicas urbanas e periféricas, bem como lutar pela reforma agrária popular. Este tem sido o horizonte encontrado pelo coletivo do Plantio Solidário, e que vai de encontro aos resultados desta pesquisa.

A FALA DA TERRA (Pedro Tierra)

A Liberdade da Terra não é assunto de lavradores.
A Liberdade da Terra é assunto de todos quantos
se alimentam dos frutos da Terra.
Do que vive, sobrevive, de salário.
Do que não tem casa. Do que só tem o viaduto.
Dos que disputam com os ratos
os restos das grandes cidades.
Do que é impedido de ir à escola.
Das meninas e meninos de rua.
Das prostitutas. Dos ameaçados pelo Cólera.
Dos que amargam o desemprego.
Dos que recusam a morte do sonho.

A Liberdade da Terra e a paz no campo têm nome:
Reforma Agrária.
Hoje viemos cantar no coração da cidade.
Para que ela ouça nossas canções e cante.

E reacenda nesta noite a estrela de cada um.
E ensine aos organizadores da morte
e ensine aos assalariados da morte
que um povo não se mata
como não se mata o mar
sonho não se mata
como não se mata o mar
a alegria não se mata
como não se mata o mar
a esperança não se mata
como não se mata o mar
e sua dança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACSELRAD, H. Cidadania e meio ambiente. In. ACSELRAD, H. org. **Meio ambiente e democracia**. Rio de Janeiro, IBASE, 1992.

ALENTEJANO, P. Questão agrária e agroecologia no Brasil do séc. XXI. In: MOLINA, M. C. et al. **Práticas contra hegemônicas na formação de profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre agroecologia e educação do campo nos cursos do Pronera**, p. 23-57. Brasília: NEAD, 2014.

AQUINO, M; LOUREIRO, Y; SORTTI, M.- A justiça e o racismo ambiental diante do rompimento da Barragem de Fundão (Mariana – MG): A educação ambiental de base comunitária e os movimentos sociais diante da problemática econômica e ambiental em torno da mineração - **IX EPEA** Juiz de Fora - MG 13 a 16 de agosto de 2017.

BEBBINGTON, A. “Elementos para uma ecología política de los movimientos sociales y el desarrollo territorial em zonas mineras”. In: **Minería, movimientos sociales y respuestas campesinas. Una ecología política de transformaciones territoriales**. Lima: IEP: CEPES, 2007. pp: 23-46.

BLOISE, D; FRANCO, J –Os movimentos sociais e a educação ambiental crítica. **VI EPEA** Ribeirão Preto, setembro de 2011

BRANDÃO, C; BORGES, M. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007

CALDART, R. A Agroecologia na Formação de Educadores (Texto de Exposição1) Sistematização elaborada a propósito da participação em atividade com docentes e discentes da Educação do Campo da Universidade Federal de Roraima, mesa “**Educação do Campo e Agroecologia: desafios na formação**”. 24 maio 2022.

CALDART, R. Agroecologia nas Escolas de Educação Básica: fortalecendo a resistência ativa!. **VIII Encontro Estadual de Educadoras e Educadores de Assentamentos de Reforma Agrária do MST RS**. Nova Santa Rita, 30 e 31 de out. 2019. Disponível em:

CARVALHO, H.M. de; STEDILE, J.P. Soberania Alimentar. In: Alimentação Saudável: Um Direito de Todos! **Jornada Cultural Nacional**, MST, 2015.

COSENZA, A. **Justiça ambiental e conflito socioambiental na prática escolar docente: significando possibilidades e limites**. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Saúde). Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

COSENZA, A. Agroecologia Escolar: Quando Professoras/es e Agricultoras/es se Encontram In: COSENZA, A; SILVA, C; REIS, E. (org). **Agroecologia escolar: quando professores\as e agricultores\as se encontram**. 1ª edição. Rio das Ostras. Nupem\UFRJ. 2021.

COSENZA, A; VIEIRA, P; ROTATORI, C. O que fazem as escolas públicas de Juiz de Fora - MG que dizem fazer\ter uma horta? – **X EPEA** - São Cristóvão - Universidade Federal de Sergipe, SE. 1 a 4 de setembro de 2019.

FESTOZO, M; MICHELINI, J. A segurança alimentar sob o olhar da Educação Ambiental Crítica – **VIII EPEA** - Rio de Janeiro, 19 a 22 de Julho de 2015.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia, saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro; 54a edição;. Editora Paz e Terra, 2016.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro; Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Cartas a Cristina**. Rio de Janeiro; 3a edição; Editora Paz e Terra, 2019.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo, CUT, 2005.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC. Livros Técnicos e Científicos, Editora S.A., 1989.

GOULD, K. A. Classe social, justiça ambiental e conflito político. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José A. (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará–Fundação Ford, 2004. p. 69-80.

GUHUR, D.; SILVA, N. Agroecologia. In: **Dicionário de agroecologia e educação**. DIAS, A. et al.; 1.ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

BRASIL DE FATO, Disponível em [:https://www.brasildefato.com.br/2021/06/30/afinal-o-brasil-esta-ou-nao-no-mapa-da-fome-da-ONU](https://www.brasildefato.com.br/2021/06/30/afinal-o-brasil-esta-ou-nao-no-mapa-da-fome-da-ONU) 30 de Junho de 2021 às 11:22. Acesso em 11 de novembro de 2022

BIO DIVERSIDAD LA, Disponível em <https://www.biodiversidadla.org/Documentos/Agroecologia-nas-Escolas-de-Educacao-Basica-for-talecendo-a-resistencia-ativa> . Acesso em: 29 dezembro de 2022.

G1, Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/08/fome-no-brasil-numero-de-brasileiros-sem-ter-o-que-comer-quase-dobra-em-2-anos-de-pandemia.ghtml> 08/06/2022 00h02. Acesso em 11 de novembro de 2022.

CORREIO BRAZILIENSE, Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/03/26/interna-brasil,182126/mst-invade-fazenda-historica-na-zona-da-mata.shtml> Acesso em 20 de junho de 2023.

LAMOSA, R. Educação Ambiental. In In: **Dicionário de agroecologia e educação**. DIAS, A. et al.; 1.ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

LAYRARGUES, F. Horta escolar: O plantio da educação ambiental crítica e a colheita do alimento agroecopolítico. In: COSENZA, A; SILVA, C; REIS, E. (org). **Agroecologia escolar: quando professores\as e agricultores\as se encontram**. 1ª edição. Rio das Ostras. Nupem\UFRJ. 2021.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, nº 1, p. 36-61, jan./mar. 2002.

LIMA, G.; LAYRARGUES, P. As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. **Revista Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 23-40, jan-mar., 2014.

LOUREIRO, C. **Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez. 2012

LOUREIRO, C. LAYRARGUES, P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas da aliança contra-hegemônica. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 53-71, jan-abr 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MST. “Programa agrário do MST- texto em construção para o VI Congresso Nacional” 3ª edição. **Secretaria Nacional do MST**, - São Paulo-SP, fevereiro de 2014.

MST. ‘**Projeto Plantio Solidário**’. Zona da Mata MG; Março de 2022.

MST, Disponível em <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/> Acesso em 15 de fevereiro de 2023.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo. Expressão Popular, 2001.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

SILVA, B; COSENZA, A. Soberania Alimentar e Alimentação Saudável: Desafios à Educação Ambiental In: COSENZA, A; SILVA, C; REIS, E. (org). **Agroecologia escolar: quando professores\as e agricultores\as se encontram**. 1ª edição. Rio das Ostras. Nupem\UFRJ. 2021.

SERRANO, G.P. La investigación acción. In: **Investigación cualitativa. Retos e interrogantes: II Técnica y Análisis de Datos**. 2. ed. Madrid: La Muralla, 1998. Cap. IV, p.137-212.

SERRÃO, M. Movimentos sociais e educação ambiental: contribuições para uma aproximação necessária. **VI EPEA** Ribeirão Preto, setembro de 2011

VIA CAMPESINA INTERNACIONAL - **Declaración Final del Foro Mundial sobre Soberanía Alimentaria**. Havana, Cuba, September 7, 2001. Disponível em: https://movimientos.org/es/cloc/show_text.php3%3Fkey%3D1178 Acesso em: 10 de junho de 2023.